

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses

Relatório de Estágio Curricular no Julgado de Paz de Lisboa

Da competência material dos Julgados de Paz – Uma competência exclusiva ou alternativa?

Dissertação com vista à obtenção
do grau de Mestre em Direito

Sónia Cristina Guerra Feliz

Orientadora Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa
Professora Doutora Mariana França Gouveia

Orientadores Julgados de Paz
Juiz de Paz Dr. João Chumbinho e Juíza de Paz Dra. Maria Judite Matias.

Abril/2016

Aos meus pais,
E à minha sobrinha, Maria Inês

Agradecimentos

A realização deste Estágio exigiu um esforço de várias pessoas e das respectivas entidades envolvidas. Por toda a dedicação, disponibilidade, compreensão e apoio de todos vós deixo os meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

Pela grande ajuda ao longo destes três meses, pela integração, companheirismo, é com especial carinho que faço questão de agradecer, a todos os técnicos superiores de direito e técnicos administrativos, com quem tive o prazer de trabalhar, aprender e partilhar o dia-a-dia nos Julgados de Paz de Lisboa, nomeadamente Luís Rosa, Ana Lança, Sandra Pires, Milena Afonso, Luís Calado, Dina Mendes, Célia Marques, entre outros.

Agradeço também às colegas estagiárias, Vanessa Bruno e Inês de Castro com quem também partilhei dúvidas, conhecimentos e conseguiram tornar o estágio uma experiência muito mais enriquecedora.

Quero ainda agradecer aos meus pais, avós, irmão, sobrinha e amigos, pelo sempre enorme encorajamento, compreensão e apoio ao longo desta caminhada que tem sido a minha formação académica e início de integração e adaptação ao mercado de trabalho.

Agradeço ainda à Professora Mariana França Gouveia, aos Juízes de Paz: Dr. João Chumbinho e Dra. Judite Matias, pela inspiração, conselhos e orientação prestados durante todo o estágio e respectiva redacção da dissertação.

Declaração Antiplágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

O presente trabalho contém um total de 126.414 caracteres, incluindo espaços e notas de rodapé, cumprindo o disposto nas regras para entrega de relatório de estágio dos Mestrados da FDUNL.

Resumo

O presente documento tem como objetivo relatar a experiência que foi o Estágio no Julgado de Paz de Lisboa, por meio do protocolo existente entre a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, doravante FDUNL e o Conselho de Julgado de Paz, doravante CJP, sob a orientação da Senhora Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora FDUNL) e dos juizes de paz Dr. João Chumbinho e Dra. Maria Judite Matias (orientadores do Julgado de Paz de Lisboa), durante o período de três meses – de Novembro 2014 a Fevereiro de 2015.

O estágio profissional resultante do protocolo existente entre a faculdade e o CJP, está inserido no último semestre do plano de estudos do 2º ciclo em Ciências Jurídicas Forenses, o qual exige que se elabore um documento onde se relate o processo de formação, e estágio na entidade acolhedora.

Para além da caracterização da instituição dos Julgados de Paz, respetiva organização e funcionamento, relatar-se-á a atividade desenvolvida pela estagiária e o respetivo aprendizado adquirido ao longo de todo o estágio.

Pretende-se ainda focar um tema de cariz polémico e muito pouco consensual tanto doutrinal como jurisprudencialmente que tem por base as competências dos Julgados de Paz, sendo ele: Da Competência dos Julgados de Paz – Alternativa ou Exclusiva?

Palavras-chave: Estágio; Julgado de Paz; Competência Exclusiva; Competência Alternativa; Resolução alternativa de litígios.

Abstract

The objective of the current document is to reflect about all the experience related to the professional internship that took place in Julgado de Paz de Lisboa, under the orientation of the Teacher Mariana França Gouveia (Faculty Guider) and the judges João Chumbinho and Maria Judite Matias (Intern Guiders from Julgados de Paz).

The professional internship concerns the last studying plan semester of the 2nd cycle of Law Studies in FDUNL, and his completion requires the elaboration of a report documenting all the formation process.

The current internship report is about what I've done during the work in JP. The report is also about legal, institutional and functional context and internship characterization.

It also reports about the investigation study “ Competência dos Julgados de Paz, exclusiva ou alternativa?”.

Keywords: Internship; Julgado de Paz; Exclusive Jurisdiction; Alternative Jurisdiction; Alternative Dispute Resolution.

Siglas e Abreviaturas

Ac. - Acórdão

Art.- Artigo

Arts. - Artigos

CC- Código Civil

CPC- Código Processo Civil

CRP- Constituição da República Portuguesa

CJP – Conselho de Julgados de Paz

EM- Estados Membros

EOA - Estatuto da Ordem dos Advogados

FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

JP – Julgados de Paz

LJP – Lei dos Julgados de Paz (Lei nº 78/2001 de 13 de Julho, actualizada pela
Lei nº 54/2013 de 31 de Julho)

TC – Tribunal Constitucional

UE – União Europeia

Introdução

O presente estágio realizado no Julgado de Paz de Lisboa surge no contexto da realização da dissertação exigida na fase não lectiva do Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses.

A possibilidade de realizar um relatório de estágio é uma novidade que o Regulamento do 2º Ciclo de Estudos conducentes ao Grau de Mestre da FDUNL prevê desde a Publicação do Despacho n.º 6738/2010 no Diário da República, o qual introduziu algumas alterações à sua versão primitiva, entre as quais a possibilidade de escolha entre a *“realização de uma dissertação, um trabalho de projecto ou um relatório de estágio, especificando, consoante os casos, o tema da dissertação, a natureza e objectivos do projecto ou o tipo e local do estágio”*.¹

Deste modo, a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, doravante FDUNL, permite ao aluno realizar na fase não lectiva do Mestrado um relatório sobre o experienciado em sede de estágio.

O referido estágio é sempre realizado em regime de Protocolo entre a FDUNL e a entidade acolhedora (no site da FDUNL, ou junto dos serviços académicos podem ser consultadas as diversas entidades com as quais existe esse protocolo – no entanto, o aluno poderá optar por outra instituição para realizar o seu estágio, desde que previamente haja aprovação por parte da faculdade).

Relativamente às expectativas e motivações na realização deste relatório de estágio, saliento a importância da elaboração do mesmo como sendo um elemento decisivo na formação enquanto aluna, em geral, e o culminar do Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses, em particular. Pelo que, sendo esta uma etapa decisiva, tentarei arduamente salientar todos os conhecimentos e domínios adquiridos ao longo do estágio.

¹ Cfr. Artigo 30º, nº1 alínea a) do Regulamento de Estudos de 2º Ciclo de Estudos conducentes ao Grau de Mestre da FDUL;

Assim, com a realização deste trabalho, pretendo reflectir e consolidar todos os ensinamentos e ferramentas que adquiri durante o estágio no Julgado de Paz de Lisboa, o que futuramente contribuirá para a minha formação enquanto jurista.

O estágio possibilita-nos a construção da identidade profissional, na medida em que permite uma maior aproximação com a realidade “Law in Action”, tanto a nível de conceitos, como de procedimentos.

Ao optar por um estágio e, consequentemente realizar um relatório sobre o mesmo, pretendia e tinha a expectativa de fazer a articulação entre o meio académico e o mercado de trabalho, nomeadamente na área de direito civil.

De acordo com o Regulamento de 2ª Ciclo de Estudos conducentes à obtenção do Grau de Mestre em vigor na FDUNL, a realização de um estágio neste contexto visa a aquisição de conhecimentos aprofundados em campos específicos do direito e que preparam os alunos para a vida profissional.

Neste contexto surge o protocolo entre o Conselho de Julgados de Paz, doravante CJP e a FDUNL. Tendo em consideração o papel relevante que o CJP, pode desempenhar na formação de quadros superiores, em especial na transmissão de conhecimentos especializados na área do Direito Civil, de modo a preparar os alunos e a habilitá-los em conhecimentos e conteúdos de qualidade adequados aos requisitos do mercado de trabalho no sector.

Na prática, a realização do relatório de estágio equivale à dissertação que anteriormente apenas permitia aos alunos versar sobre investigação teórico-jurídica por si efectuada.

Neste sentido, iniciei o meu Estágio, em regime de Protocolo, no Julgado de Paz de Lisboa, em Novembro de 2014, onde fui recebida pelo Juiz de Paz, Dr. João Chumbinho, que também desempenha funções de coordenador daquele Julgado de Paz, e, que me introduziu a toda a equipa técnica.

O presente estágio teve a duração de três meses (poderia ser prorrogado até à duração máxima de seis meses), passando na prática por várias etapas, previamente definidas pelo protocolo existente entre a faculdade e entidade acolhedora. Prevê-se então que, nas últimas quatro semanas de estágio, o estagiário procedesse à elaboração do referido relatório, do qual

constaria detalhadamente toda a actividade experienciada, observações, ensinamentos, teoria desenvolvida ao longo daquele tempo.

Assim se passou.

A estrutura e metodologia utilizadas na realização do estágio foram essencialmente: análise documental, análise do funcionamento da secretaria do tribunal (onde o contacto com o público e com as mais diversas situações práticas de direito são constantes), observação empírica, assistência a sessões de pré-mediação e mediação, assistência a audiências de julgamento, realização de tarefas essenciais no funcionamento da secretaria do tribunal e que promovem o bom andamento do processo - nomeadamente, consulta de processos, realização de citações, notificações de pré-mediação, notificações de audiência de julgamento, introdução de acções no sistema informático.

Ao longo do relatório abordarei todas as fases e procedimentos relativos ao processo – desde a entrada da acção no tribunal, até ao respectivo findar.

Descreverei a minha passagem pelos vários postos de trabalho no Julgado de Paz: desde secretaria dos Julgados de Paz, onde é realizado Atendimento ao Público, ao apoio administrativo que envolve todo o trabalho de envio de citações, notificações, recepção de Avisos de Recepção, entre toda a administração do processo, à assistência de sessões de pré-mediação e mediação, concluindo na assistência a audiências de julgamento, presididas pelos Juiz de Paz.

Com efeito, ao longo do presente documento, pretendo propôr-me a enquadrar a instituição dos Julgados de Paz na história e contexto de Justiça e Sociedade Portuguesa, bem como descrever e caracterizar a actividade, organização e funcionamento da entidade acolhedora, tipo de serviços prestados, comparando sempre com outras entidades judiciais que prestam o mesmo tipo de serviço, i.e. tribunais judiciais versus julgados de paz.

Proponho-me ainda, a descrever a actividade e tarefas desenvolvidas na referida instituição.

Paralelamente tentarei abordar uma temática polémica e contraditória tanto a nível doutrinário, como jurisprudencial – a competência dos Julgados de Paz, alternatividade ou exclusividade? Com efeito, em jeito de conversa, a Prof.

Dra. Mariana França Gouveia aconselhou-me a escolher em parelo um tema que se relacionasse com os Julgados de Paz e com Direito Civil.

Desta feita e dada a controvérsia do tema, por já ter sido alvo de vários acórdãos e litígios em tribunal, “Competência Material dos Julgados de Paz – Exclusiva ou Alternativa?”

Será esta a questão à qual também pretendo dar resposta ao longo do relatório, tendo em conta a divergência doutrinal e jurisprudencial latente.

No quadro da minha formação geral, pretendo concluir com a dimensão da importância desta experiência profissional, fazendo uma síntese das novas competências adquiridas.

Mais consigno justificar a escolha desta entidade acolhedora para a realização do estágio. Deste modo, a escolha da entidade dos Julgados de Paz surge no contexto do interesse da autora em estudar um fenómeno que é caracterizado como uma inovação no mundo da Justiça e dos tribunais, abordando a problemática que afeta a nossa sociedade no que concerne ao acumular de processos em tribunal e que demoram anos a ser concluídos. Com efeito, a escolha do estágio nesta entidade pretende contribuir também para uma tentativa de sensibilizar parte da população para o recurso a esta via alternativa de resolução de litígios, ainda que com consciência dos respectivos limites que a própria Lei dos Julgados de Paz impõe no que toca à própria competência dos Julgados de Paz.

A propositura de acções nos Julgados de Paz tem tido um significativo aumento, que consegui perceber na prática, com o avultado número de processos que chegavam semanalmente ao Julgado de Paz de Lisboa. Esta procura encontra justificação nas alterações do diploma que institui a Lei dos Julgados de Paz, cujas alterações aumentaram as respectivas competências dos Julgados de Paz e que, consequentemente levaram que a procura por parte dos cidadãos também se fizesse sentir mais forte.

No entanto um fator potenciador do não recurso aos Julgados de Paz prende-se com o desconhecimento dos cidadãos sobre o “o que são os julgados de paz?” e “para que servem?”.

Desta forma, tornou-se imperativo que a escolha recaia nesta instituição, contribuindo assim para perceber e dar a conhecer a organização e funcionamento dos Julgados de Paz.

Por outro lado, na prática ao abordar a problemática da competência alternativa ou exclusiva dos julgados de paz, pretende-se concorrer para uma maior sensibilização por parte da população relativamente a esta tipologia de tribunal e quais as matérias que tem competência para resolver.

Tendo em conta que, a Justiça desempenha um papel preponderante na vida dos cidadãos, mais concretamente na resolução de conflitos e tem como objetivo a prevenção ou a diminuição da prática dos mesmos, é neste contexto que me proponho a analisar o papel dos julgados de paz.

I - Enquadramento

1. Breve enquadramento histórico

A origem dos Julgados de Paz remonta ao Código Visigótico² tendo passado por forais medievais, firmando-se a ideia de concórdia³ (conciliação) a pedido das Cortes, reflectindo-se este tipo de instituto na existência das ordenações portuguesas da época – Afonsinas (Rei Afonso II), Manuelinas (Rei Manuel I), Filipinas (Rei Filipe I).⁴

Com efeito, os Julgados de Paz têm na sua remota origem que, remonta aos primórdios da nacionalidade, o papel de administrar a justiça. Naquela altura, na sua base de criação esteve um sentimento forte de desconfiança por parte da população em relação à Justiça, principalmente das classes mais desfavorecidas que se sentiam um distanciamento em relação àquela⁵.

Ainda que, inicialmente, a sua denominação não fosse a actual, na sua longínqua existência, os Julgados de Paz estavam associados a forais de concelhos e tinham por base uma estrutura semelhante ao que estaria na origem dos actuais Julgados de Paz⁶.

É neste cenário de descontentamento em relação à Justiça que, já na Idade Média, o povo procura uma solução eficaz do poder jurisdicional tentando criar uma justiça de proximidade.

² COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.13

³ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pág.70

⁴ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.15 remete para A. Lino Netto – História dos Juizes ordinários de paz, ano de 1898, pág 73 e ss.

⁵ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.13

⁶ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pág.70 e 71

Em 1519, no reinado de D. Manuel I foram instituídos três juízes avindores ou concertadores, através dos quais se pretendia promover a concórdia entre as partes e tornar o processo menos penoso diminuir o custo material⁷.

Como cita Cardona Ferreira “*A instituição dos Juízes de Paz como avindores, isto é, como concertadores de demandas ou desavindos tem entre nós uma existência de séculos, pois que data mesmo do tempo de El-Rei D. Manuel que lhe deu regimento em 1519, deferindo o pedido que em 1418 lhe haviam feito as cortes de Elvas*”.

É, então, neste contexto que os juízes passaram a aplicar o instituto da conciliação, numa altura em que a mediação estava longe de ser reconhecida.⁸

No século XIX, a ideia de que o juiz de paz deve “fazer a conciliação” ganhou especial relevo quando é reconhecida por escrito na Constituição Política de 1822. De acordo com o consagrado nesta Constituição, “competia aos juízes de conciliação” ou “juízes selectivos” realizar a conciliação – cfr. Artigo 178º, 181º da constituição de 1822.

No Artigo 195º da referida Constituição de 1822, previa-se assim, existência de juízos de conciliação, os quais eram aplicados por juízes eleitos diretamente pelos cidadãos – artigo 180º. Estes podiam conhecer causas cíveis de pequena importância e delitos leves⁹.

Ainda assim, só com a Carta Constitucional de 1826, passou a existir expressa e formalmente a instituição dos Juízes de Paz, inspirado no modelo francês¹⁰. Previa expressamente que qualquer processo litigioso só podia iniciar se tivesse sido alvo de conciliação perante os Julgados de Paz – cfr. Artigo 128º, 129º/11 e 124º/5 da Carta Constitucional.

⁷ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.14

⁸ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005 pág.71

⁹ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005 pág.73

¹⁰ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.14

Não obstante este reconhecimento, a conciliação e a intervenção dos juízes de Paz sofreu um ligeiro abalo aquando da implementação da República em 1910, ainda que tenha subsistido até metade do século passado.

Com efeito, com a Constituição Republicana de 1911, a figura do Juiz de Paz desaparece¹¹, ainda que nos Estatutos Judiciários de 1927 e 1928 continuassem a subsistir algumas normas que faziam referência aos Julgados de Paz¹².

No artigo 115º da Constituição de 1933 é consagrado que “são mantidos os juízes de paz”.

Apesar do Estatuto Judiciário de 1944 trazer uma inovação legal, no artigo 10º, determinando que “em cada Julgado de Paz exercerá jurisdição um tribunal de Paz, as atribuições dos juízes de paz consubstanciavam-se em actos por delegação dos juízes de direito e dirigir processos de conciliação, dando-lhes um registo redutor¹³”.

O Estatuto Judiciário de 1962 mantém os juízes de paz, retirando-lhes no entanto, as competências próprias, confinando-os a tarefas que em nada tinham a ver com a função jurisdicional, tornando-os mero delegados dos juízes de direito.

Neste contexto, ainda no período do Estado Novo os juízes de paz acabaram por ser extintos¹⁴.

Não obstante, em 1975 foram criadas Comissões de Conciliação e Julgamento na área do Direito do Trabalho, tendo sido extintas dois anos depois pela Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais em 1977¹⁵.

A Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, nº 82/77 de 6 de Dezembro de 1977 – que determinava a possibilidade de criação de tribunais de primeira

¹¹ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.19

¹² FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005 pág.92

¹³ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.20;

¹⁴ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.20;

¹⁵ Pedroso, Trincão & Dias – Por caminhos da Reforma da Justiça, Coimbra Editora, 2003, pág. 255;

instância com a designação de Julgados de Paz pelas Assembleias ou plenários das freguesias, sendo que os juízes de paz seriam igualmente eleitos por esses órgãos - viria a ser regulamentada pelo Decreto-Lei nº 539/79 de 31 de Dezembro que regularia a Organização e Funcionamento dos Julgados de Paz, o qual viu a sua ratificação ser recusada pela Assembleia da República.

Apenas com a 4ª Revisão Constitucional os Julgados de Paz mereceram consagração na CRP.

Com efeito, foi com a revisão constitucional de 1997, onde no Artigo 209º/2 da CRP foram integrados no conceito de tribunal “lato sensu”. É aqui que os Julgados de Paz passam a dispor do estatuto de órgão de soberania cfr. Artigo 110º nº1 da CRP, independente, cfr. Artigo 203º, CRP, com competência para administrar a justiça em nome do povo (Artigo 202º, CRP), passando as decisões proferidas a ser obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas, cfr Artigo 205º, CRP, prevalecendo sob quaisquer outras entidades.¹⁶ Esta alteração dá-se pelo facto de se verificar um crescente distanciamento e lentidão dos tribunais comuns, começando-se aqui a desenhar as alternativas de resolução de litígios, das quais ressurgem os Julgados de Paz.

Contudo, apenas em 2001 é criada a Lei Quadros dos Julgados de Paz – Lei nº 78/2001 de 13 de Julho, doravante LJP.

Nascem assim, no decorrer do ano de 2001, criados pelo Decreto-Lei 329/2001 os primeiros quatro Julgados de Paz – Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia, ainda que a título experimental.

Actualmente, em Portugal, estão implantados 25 Julgados de Paz que procuram dar resposta a uma justiça descreditada, apostando na celeridade,

¹⁶ Fonte site do Conselho dos Julgados de Paz - www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt acedido em 15/02/2016/ - separador intervenções – “Julgados de Paz vs Centros de Arbitragem” - Juíza de Paz Mestre Judite Matias;

numa justiça de proximidade, com baixos custos, tendo por base um conjunto de princípios que busca soluções equitativas.¹⁷

Os Julgados de Paz surgem inicialmente com clara influência dos ADR (Alternative Dispute Resolution) bastante desenvolvidos nos EUA, criados também para evitar as delongas e custos dos processos, aqui associando-se já o conceito de mediação – meio inovador de resolução consensual de litígios.

Em França, os Julgados de Paz têm a terminologia de Juízos de Proximidade, sendo reconhecidos como tribunais pequena instância, vocacionados para o apaziguamento social privilegiando a participação das partes na concertação do litígio.

Em Portugal, os Julgados de Paz são claramente reconhecidos pelo nosso legislador, como uma alternativa aos tribunais judiciais, ainda que esta afirmação não seja de aceitação consensual.

Neste contexto, o legislador reconhece ainda a mediação como um meio alternativo de resolução de conflitos, sendo apenas considerada como meio alternativo de resolução de conflitos integrado nos procedimentos dos Julgados de Paz. – sendo que a sua alternatividade exige adesão bilateral¹⁸

O mesmo não sucede em sede de conciliação que é promovida pelo Juiz de Paz em audiência de julgamento¹⁹

No início do século XXI, a conciliação e os Julgados de Paz ganham o relevo perdido anteriormente, tanto que o instituto da conciliação passa a partir daqui a existir nos tribunais judiciais quando “os temas substantivos estão na

¹⁷ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005 págs 70 e 71;

¹⁸ Fonte site do Conselho dos Julgados de Paz - www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt , acedido em 15/02/2016, intervenção de Maria Judite Matias Juíza de paz coordenadora do julgado de paz de Oliveira do Bairro, in Conferência Os Julgados de Paz;

¹⁹ Fonte site do Conselho dos Julgados de Paz - www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt , acedido em 15/02/2016, intervenção de Maria Judite Matias Juíza de paz coordenadora do julgado de paz de Oliveira do Bairro, in Conferência Os Julgados de Paz;

disponibilidade das partes”, ainda que a mediação continue a não ser incluída no sistema judicial comum.

Assim, a conciliação está mais presente nos tribunais de trabalho e tribunais de família e menores²⁰. Nestes tribunais, o juiz deve tentar sempre a conciliação de partes antes da discussão e julgamento²¹.

Atualmente, como resulta do supra exposto, tanto os tribunais comuns, como nos Julgados de Paz se realiza a conciliação. No que diz respeito à mediação continua apenas confinada aos procedimentos dos Julgados de Paz.

²⁰ Artigo 54º Código do Trabalho;

²¹ Artigos 70 do Cód. Proc. Trabalho e 1407º do CPC;

2. Considerações Gerais sobre os Julgados de Paz

2.1. Noção

Tal como referido supra, os Julgados de Paz foram criados em 2001 pela Lei 78/2001 de 13 de Julho e começaram a sua atividade no ano de 2002.

Inicialmente existiam apenas quatro julgados de paz (Lisboa, Seixal, Vila Nova de Gaia e Oliveira do Barro), uma vez que se iniciou este sistema com carácter experimental.

Atualmente existem 25 Julgados de Paz distribuídos pelo país, ainda que de forma desigual e sem critério.

Um estudo do ISCTE de 2007 diz que em Portugal deveriam existir 120 Julgados de Paz, pelo que estamos ainda longe de atingir o cenário ideal²².

Os Julgados de Paz são tribunais na verdadeira acepção da palavra, uma vez que têm a sua jurisdição constitucionalmente protegida – cfr Artigo 209º, nº2 da Constituição da República Portuguesa, marcados pela proximidade, conciliação, mediação, sempre em busca de uma justiça célere e que privilegia o acordo entre as partes.

Ainda assim, são tribunais dotados de características especiais quando comparados com tribunais judiciais.

2.2. Da competência dos Julgados de Paz

2.2.1. Competência

Os Julgados de Paz têm competência exclusiva nos municípios ou freguesias onde estejam instalados²³

²² GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014.pág.317

²³ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pag.49;

2.2.2. Competência em Razão do Valor

Inicialmente, aquando da sua criação, os Julgados de Paz podiam apenas conhecer ações declarativas cíveis com um valor reduzido de até € 5.000,00.

Atualmente e após uma atualização legislativa, os Julgados de Paz podem conhecer ações até um valor não superior a € 15.000,00²⁴.

2.2.3. Competência em Razão do Território

A regra geral para os casos não previstos na lei é que, é competente para conhecer determinada ação, o julgado de paz correspondente à circunscrição do demandado. Apenas quando o demandado for incerto ou não tiver residência habitual, a ação é proposta no julgado de paz do domicílio do demandante.

Quando o demandado tiver domicílio e residência estrangeiros, é proposta ação no julgado de paz do domicílio do demandante. Quando o demandante também tenha domicílio e residência estrangeiros, é competente para julgar a causa qualquer julgado de Paz em Lisboa²⁵.

A competência territorial dos Julgados de Paz é fixada pela Lei, sendo que há vários factores que determinam a competência do Julgado de Paz para conhecer determinada ação. Atentemos:

- a) **Foro da situação dos bens**²⁶ - Ações referentes a direitos reais ou pessoais de gozo sobre imóveis e ações de divisão de coisa comum devem ser propostas no julgado de paz da situação dos bens. Se e quando a ação tiver por objecto uma universalidade de facto ou bens móveis ou imóveis situados em circunscrições diferentes, a ação deve ser proposta no julgado de paz correspondente à situação dos imóveis de maior valor (valor patrimonial). Se o

²⁴ Artigo 8º da LJP;

²⁵ Artigo 13º da LJP;

²⁶ Artigo 11º da LJP

prédio objecto da acção estiver afecto a mais do que uma circunscrição territorial, pode ser proposta em qualquer das circunscrições.

- b) **Local de cumprimento da obrigação**²⁷ - A acção deve ser proposta à escolher pelo credor, no julgado de paz cuja circunscrição corresponda ao lugar em que a obrigação devia ser cumprida, ou no julgado de paz do domicílio do demandado. Se a acção respeitar a responsabilidade civil baseada em facto ilícito ou fundada no risco, a acção deve ser proposta no julgado de paz correspondente ao lugar onde ocorreu o facto.
- c) **Pessoas Colectivas**²⁸ - No caso em que o demandado se trate de uma pessoa colectiva, a acção deve ser proposta no julgado de paz cuja circunscrição corresponda a sede, filial, agência delegação, conforme contra quem for dirigida a acção.

2.2.4. Competência em Razão da Matéria

Apesar de ter havido uma alteração à LJP, no que diz respeito à competência dos Julgados de Paz em razão da matéria, não houve alteração substancial nesta natureza. Das questões que os Julgados de Paz não podem resolver estão as matérias de Direito da Família, Sucessões, Direito do Trabalho²⁹.

Com efeito, o Artigo 9º da Lei 54/2013 de 31/07 (Alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de Junho) prevê expressamente as questões que os Julgados de Paz podem apreciar e decidir.³⁰

Deste modo, os julgados de paz são competentes para apreciar e decidir essencialmente acções civis declarativas, nomeadamente a) Acções que se

²⁷ Artigo 12º da LJP

²⁸ Artigo 14º da LJP

²⁹ Fonte site Conselho dos Julgados de Paz

[www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt] acedido em 20/01/2016.

³⁰ Artigo 9º, nº 1 da LJP

destinem a efectivar o cumprimento de obrigações, com exceção das que tenham por objecto o cumprimento de obrigação pecuniária e digam respeito a um contrato de adesão; b) Acções de entrega de coisas móveis; c) Acções resultantes de direitos e deveres de condóminos, sempre que a respetiva assembleia não tenha deliberado sobre a obrigatoriedade de compromisso arbitral para a resolução de litígios, entre condóminos ou entre condóminos e o administrador; d) Acções de resolução de litígios entre proprietários de prédios relativos a passagem forçada momentânea, escoamento natural de águas, obras defensivas das águas, comunhão de valas, regueiras e valados, sebes vivas, abertura de janelas, portas varandas e obras semelhantes; estilicídio, plantação de árvores e arbustos, paredes e muros divisórios; e) Acções de reivindicação, possessórias, usucapião, acessão e divisão de coisa comum; f) Acções que respeitem ao direito de uso e administração da propriedade, da superfície, do usufruto, de uso e habitação e ao direito real de habitação periódica; g) Acções que digam respeito ao arrendamento urbano, exceto as acções de despejo; h) Acções que respeitem à responsabilidade civil contratual e extracontratual; i) Acções que respeitem à garantia geral das obrigações.

No Artigo 9º, nº2 prevê, ainda, a possibilidade de os Julgados de Paz resolverem pedidos de indemnização cível “quando não haja sido apresentada participação criminal ou após desistência da mesma”

Os julgados de paz são também competentes para apreciar os pedidos de indemnização cível, quando não haja sido apresentada participação criminal ou após desistência da mesma nas seguintes circunstâncias:

- a) Ofensas corporais simples;
- b) Ofensa à integridade física por negligência;
- c) Difamação;
- d) Injúrias;
- e) Furtos simples;
- f) Dano simples;
- g) Alteração de marcos;
- h) Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços”

Nestes termos, do nº 2 do artigo 9º, o pedido de indemnização cível, exclui a possibilidade de instaurar procedimento criminal. “A apreciação de um pedido de indemnização cível nos termos do número anterior, preclui a possibilidade de instaurar o respetivo procedimento criminal”.

2.3. Taxa de Justiça

Tal como em outro tribunal, os processos que tramitam nos Julgados de Paz estão sujeitos ao pagamento de custas. As custas neste tribunal estão fixadas pela Portaria n.º 1456/2001, de 28 de Dezembro.

Assente no princípio da justiça de proximidade e ao alcance de todos os cidadãos, o valor da taxa de justiça a pagar aqui é, em muito, diferente dos valores das taxas de justiça num tribunal judicial.

É neste contexto que, por cada processo que decorrer nos Julgados de Paz, o pagamento de taxa de justiça é fixado numa taxa única de 35€ para cada uma das partes – desde que o processo termine por conciliação ou tal venha a resultar da sentença proferida pelo juiz. Podem ainda os 70€ ficar a cargo da parte vencida “ou em repartição entre demandante e demandado “na percentagem determinada pelo Juiz de Paz”

No entanto, se o processo for concluído por meio de mediação a taxa é reduzida para 50€, dos 70€ pagos inicialmente, são reembolsados 10€ a cada parte. – O incentivo à resolução de forma pacífica e através da mediação está aqui bem visível.

3. A Não Obrigatoriedade de Constituir Advogado

Os Julgados de Paz têm como elemento inovador a não obrigação de constituir advogado. Quer isto dizer que não existe a obrigatoriedade de constituir mandatário para poder apresentar uma acção neste tribunal.

No entanto, as partes podem sempre fazer-se acompanhar por advogado, advogado estagiário ou solicitador.

“Esta assistência é obrigatória relativamente a qualquer parte que seja cega surda, muda analfabeta, desconhecadora da língua portuguesa, ou por qualquer outro motivo se encontre em situação de manifesta inferioridade”

É apenas obrigatória a constituição de Advogado na fase de Recurso, mas poderá ser concedido apoio judiciário.

4. Do Processo e Procedimentos nos Julgados de Paz, uma visão geral

4.1- Fase Inicial

Propositura da ação - O processo nos julgados de paz inicia-se com a apresentação do requerimento inicial na secretaria dos julgados de paz. Pode ser apresentado pelo demandante de forma verbal (efectuado junto dos serviços de atendimento ao público nos Julgados de Paz) ou de forma escrita (pode a petição inicial ser ainda enviada por correio ou entregue em mão no Julgado de Paz competente).

Se o demandante entregar a petição inicial pessoalmente (seja de forma verbal ou escrita) fica logo notificado de imediato da data de realização de pré-mediação³¹.

Se o demandado estiver presente no momento da entrega do requerimento inicial, pode de imediato apresentar também a contestação por escrito ou oralmente.

No requerimento inicial deve constar a identificação das partes, a exposição dos factos, o pedido e o valor da acção. Aquando da entrega do requerimento inicial, efectua-se o pagamento da taxa de justiça - 35,00€ - Artigo 3º da portaria 1456/2001.

Citação do demandado – Caso o demandado não esteja presente no momento da entrega do requerimento inicial, cita-se aquele (cfr. Artigos 43º, nº4 e 45, nº1 da LJP) enviando-se uma cópia do requerimento inicial³². A citação pode ser efectuada por correio ou pessoalmente, por funcionário da secretaria do julgado de paz. Da citação consta o prazo para apresentar contestação, data e hora da sessão de pré-mediação.

³¹ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003, pág.29

³² Artigo 219º e ss do CPC.

Contestação – O demandado após citação pode contestar a ação contra si interposta no prazo de 10 dias³³. Tal como o requerimento inicial, a contestação pode ser apresentada verbalmente junto da secretaria do tribunal, enviada por escrito por correio ou entregue em mão no atendimento ao público do Julgado de Paz competente.

Também o demandante é notificado da contestação apresentada pelo demandado, remetendo-se-lhe uma cópia, tal como se remeteu cópia da p.i ao demandado.

Reconvenção - Regra geral, não é admitida reconvenção, exceptuando o caso em que o demandado se propõe a obter compensação ou tornar efectivo o direito a benfeitorias ou despesas relativas a coisa cuja entrega lhe é pedida. Caso seja admitida reconvenção, o demandante tem igualmente o prazo de 10 dias a contar da notificação de contestação³⁴.

4.2 - Fase Intermédia

4.2.1. - Pré-Mediação

Caso não seja afastada no requerimento inicial ou na contestação, dá-se lugar à marcação da pré-mediação através de notificação das partes da data e hora para realização da mesma³⁵.

A realização da pré-mediação pode ocorrer de imediato se ambas as partes estiverem presentes e, se houver concordância destas e disponibilidade de mediador, ser de seguida a sessão de mediação.³⁶

Ainda assim muitas vezes as partes simplesmente não comparecem à sessão de pré-mediação (por esta não ser obrigatória) deixando os mediadores naquele impasse de espera, sem qualquer aviso prévio ou justificação.

³³ Artigo 47º, nº 1 e nº 2 da LJP

³⁴ Artigo 48º, nº1 e nº2

³⁵ Artigo 49, nº1 da LJP

³⁶ Artigo 49, nº 2 da LJP

O que a meu ver terá de ser um detalhe a ser melhorado numa futura alteração da lei dos julgados de Paz.

Mariana França Gouveia considera que, que muitas das vezes as partes não comparecem à sessão de mediação porque não existe nenhuma contrapartida. Não avisam que vão faltar, obrigando os mediadores a estar presentes. Muitas das vezes não comparece apenas uma das partes, não se realizando assim a sessão. E a ida em vão do profissional de mediação e da outra parte.

Deveria existir uma responsabilização das pessoas. Deveria ser criada uma medida semelhante à que os hospitais adoptaram – do doente que marca a consulta e não comparece, é obrigado a pagar a consulta na mesma.

O artigo 50º da LJP consagra os objectivos da pré-mediação. Explica-se às partes em que consiste a mediação e predispõem-se as partes para um possível acordo.

4.2.2. - Mediação

Na mediação propriamente dita, com a ajuda dos mediadores de conflitos tenta-se de forma consensual chegar a um acordo.

Se houver acordo são restituídos 10€ a cada uma das partes e aquele é homologado pelo juiz, passando a ter a força jurídica de sentença. Caso não haja acordo na mediação, segue-se para julgamento.

4.3 Fase Final

No Julgamento o Juiz de Paz ouve as partes e tenta sempre chegar a uma conciliação³⁷

Na fase de julgamento, em audiência tem lugar a produção de prova e seguidamente a fase de sentença.

³⁷ Artigos 26º, nº1 e 57º da LJP

A parte vencida efectua o pagamento de mais 35,00€ e a parte vencedora é reembolsada dos 35,00€ pagos inicialmente.

4.4 Recurso

É admitido recurso desde que o valor da ação seja superior a metade do valor da alçada do tribunal de 1ª Instância. Assim, as decisões proferidas podem ser impugnadas por meio de recurso a interpor para a secção competente do tribunal de comarca em que esteja sediado aquele julgado de paz³⁸.

O recurso tem efeito meramente devolutivo

³⁸ Artigo 62º da LJP

Quadro sintético das Fases do Processo

| | |
|-----------------|---|
| 1. Fase Inicial | .Apresentação de Requerimento Inicial (verbal ou escrito); .Citação Demandado; .Contestação; .Reconvenção (nos casos admitidos) .Resposta à Reconvenção |
| 2. Pré-Mediação | Momento em que é explicado às partes no que consiste a mediação, e se predispõe as partes para um eventual acordo na sessão de mediação |
| 3. Mediação | Nesta fase existe a possibilidade de resolver o litígio através de acordo entre as partes. Sendo esta a vontade das partes, o acordo é redigido a escrito e homologado pelo Juiz de Paz, o que lhe confere valor de sentença. |
| 4. Julgamento | O julgamento subdivide-se em três partes: audição das partes, tentativa de conciliação e julgamento propriamente dito (apenas quando não se chega a acordo em fase de conciliação) – este com audição de testemunhas e produção de prova, culminando em sentença proferida pelo Juiz de Paz |
| 5. Recurso | É admitido recurso em acções cujo valor seja superior a metade do valor da alçada do tribunal de 1ª Instância. |

Fonte: João Chumbinho (2005)

5. Formas de Resolução de Processo

Os processos nos julgados de Paz poderão ser resolvidos das seguintes formas:

- 1) Mediação (Se as partes chegarem a acordo, o qual estimulado pela intervenção do Mediador, o mesmo é homologado pelo Juiz de Paz e tem o valor de uma sentença);
- 2) Conciliação (Se as partes chegarem a acordo, estimulado pela intervenção do Juiz de Paz, que procura a convergência de vontades das partes, o Juiz de Paz homologa aquele, prevalecendo igualmente com o valor duma sentença);
- 3) Julgamento (Sentença proferida pelo Juiz de Paz, baseada na legalidade estrita ou em juízos de equidade).

5.1- Mediação

A mediação consiste numa forma alternativa, voluntária e confidencial de resolver litígios com a ajuda de um mediador de conflitos, que de uma forma simples e participativa procuram alcançar uma solução que agrade a ambos.

A mediação é voluntária, pelo que o facto de uma das partes prescindir da mesma, afasta desde logo esta intervenção.

A mediação é sempre efetuada mediante acordo entre as partes, caso contrário é afastada.

Se se alcançar nesta fase um acordo entre as partes, o mesmo é homologado pelo Juiz de Paz e tem a força jurídica de uma sentença.

Caso não se chegue a acordo, passa-se à fase de Julgamento, dirigida pelo Juiz de Paz.

A mediação encontra a sua noção expressamente prevista na lei, como podemos verificar atentando ao artigo 35º, nº1 da Lei nº78/2001 de 13 de Julho, que diz “A mediação é uma modalidade extrajudicial de resolução de litígios, de carácter privado, informal, confidencial, voluntário e de natureza não contenciosa, em que as partes com a sua participação ativa e direta são auxiliadas por um mediador, a encontrar por si próprias uma solução negociada e amigável para o conflito que as opõe”.

Na mediação, os mediadores através do diálogo tendem (e é o que se pretende) a conseguir perceber o que está na base do conflito, ouvindo as partes e promovendo o entendimento entre elas, para que resulte em mútuo acordo. Esta forma de resolução alternativa de litígios é a ideal para as situações em que as partes pretendem dar continuidade à relação (seja ela laboral, de vizinhança, familiar)

A mediação tem como primordial objetivo que as partes obtenham a solução para o conflito de forma cooperante, trabalhando em conjunto, expondo os pontos de vista e os problemas que estão na base do litígio, privilegiando sempre o diálogo.

A mediação assenta num estímulo à autodeterminação, segundo o qual apenas as partes sabem o que é melhor para elas, pelo que a capacidade para resolver o conflito lhes cabe em primeira mão³⁹.

O mediador tem um papel balizador e de estimulador do diálogo, não deixando que o propósito da mediação se perca em divagações, nem se afaste da pretensão inicial.

A autodeterminação das partes significa que o papel do mediador é o de intervir o mínimo possível, e que apenas as partes têm capacidade para determinar entre si o que é melhor para elas.

Como foi suprarreferido, ao recorrer ao instrumento da mediação para resolução de um litígio, pretende-se assegurar a continuidade da relação com a parte contrária.

³⁹ VARGAS, Lúcia Dias, Julgados de Paz e Mediação – Uma nova face da Justiça, Almedina, Lisboa, 2006, págs. 87-95

Desta feita, o acordo só faz sentido se resultar da convergência de interesses, opiniões e expectativas das partes.

Com efeito, obtendo-se acordo, este é homologado pelo Juiz de Paz e passa a ter a força jurídica de sentença.

“O acordo é vinculativo não por ter a imperatividade da sentença, mas porque foi obtido pelas partes e será tanto respeitado quanto estas se empenhem em alcançá-lo” – Ideia com a qual estou inteiramente de acordo⁴⁰.

5.1.1. Vantagens da Mediação

- 1) Quando comparado com o processo judicial, a mediação apresenta custos mais reduzidos;
- 2) A solução alcançada através da mediação é mais célere quando comparada com a solução obtida através de processo judicial;
- 3) A mediação dá às pessoas a autodeterminação de resolver o seu próprio conflito, conseguindo-se obter uma solução mais justa e adequada, pelo simples facto das partes conhecerem as suas reais motivações;
- 4) É voluntária e confidencial;
- 5) Tem como objetivo a pacificação social e a participação dos interessados.

5.2- A conciliação

A conciliação surge nos julgados de paz como um instrumento de resolução alternativa de litígios, tal como a mediação.

A conciliação surge no sistema dos Julgados de Paz em fase de Julgamento, cabendo ao Juiz de Paz o papel de conciliador, intervindo e promovendo através do diálogo com as partes, uma solução para o conflito em causa.

⁴⁰ VARGAS, Lúcia Dias, Julgados de Paz e Mediação – Uma nova face da Justiça, Almedina, Lisboa, 2006, pág. 87-95

Tal como na mediação há um terceiro que através de um meio informal em que se conduz o processo conjuntamente com as partes convidando-as a discutir os pontos divergentes e auxiliando-as⁴¹ para que se chegue a um acordo.

5.2.2. Conciliação e Mediação: Diferenças.

Na conciliação há sempre o objetivo de se chegar a um acordo, de forma rápida, consensual, devendo o negociador salientar as vantagens de se alcançar o mesmo.

Contrariamente à mediação, e é aqui que se distinguem - na conciliação, o conciliador ao contrário do mediador, tem um papel mais ativo e propõe diretamente uma solução para o conflito. O mediador não propõe solução nenhuma, tem um papel mais subtil, proporciona apenas o espaço de diálogo entre as partes, com o intuito de se chegar ao entendimento entre elas.

No Julgado de Paz temos uma conciliação de audiência, que se distingue da conciliação técnica não contenciosa. A primeira vem prevista no Código de Processo Civil, no seu artigo 509º.

Na conciliação ainda que não se chegue a um resultado ideal para as partes, considera-se ainda assim que é mais vantajoso aquela solução, do que a “manutenção do conflito”.

Quer isto dizer que o resultado final pode não ser totalmente satisfatório para as partes.

Já na mediação, o importante objetivo é alcançar um acordo que satisfaça as duas partes, não são feitas cedências, procuram encontrar-se os interesses comuns.

De acordo com Lúcia Dias Vargas e Ruan Carlos Vezzulla, defende-se que a mediação deve ser utilizada para resolver conflitos em que as partes

⁴¹ VARGAS, Lúcia Dias, Julgados de Paz e Mediação – Uma nova face da Justiça, Almedina, Lisboa, 2006, pág. 88

pretendem dar continuidade ao relacionamento que à partida as une, como por exemplo, relações familiares, de vizinhança, entre outros.

A conciliação é então, indicada, à contrario, para resolver conflitos em que as partes tenham entre si uma relação circunstancial, à qual não darão continuidade⁴².

5.3- Julgamento

Em princípio, será na fase de julgamento, o momento em que o Juiz de Paz deverá ter o primeiro contacto com o processo⁴³.

O Julgamento está subdividido em 3 subfases, nomeadamente:

- a) Audição das partes;
- b) Tentativa de Conciliação;
- c) Julgamento propriamente dito (onde é produzida a prova e proferida sentença pelo Juiz de Paz)

Como refere João Chumbinho e tal como presenciei nas audiências de julgamento que presenciei, a distinção entre estas 3 subfases nem sempre é evidente, atendendo ao facto de nem sempre decorrer um nítido intervalo temporal que marque cada um dos momentos.

O Juiz de Paz procede à audição das testemunhas e conclui se existe a possibilidade para entre as partes se chegar a acordo (Conciliação).

Quando após a audição de testemunhas não é possível existir conciliação, passa-se para a subfase seguinte – o julgamento propriamente dito, onde é produzida prova e proferida sentença.

⁴² VEZZULLA, Carlos Rua, Mediação Teoria e Prática Guia para Utilizadores e Profissionais, Lisboa, Agora Publicações, Lda. 2001, pág.83 e págs.87-95

⁴³ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág.174;

O Juiz de Paz pode decidir e proferir sentença com base em critérios de legalidade estrita ou segundo juízos de equidade⁴⁴.

Para o Juiz poder julgar de acordo com juízos de equidade é necessário que o valor da acção não seja superior a metade da alçada do tribunal de 1^a instância e que as partes estejam de acordo em que o juiz assim profira decisão⁴⁵.

⁴⁴ Artigo 26º da LJP;

⁴⁵ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág.174;

6. Princípios Orientadores dos Julgados de Paz

Os julgados de Paz na sua atuação têm como base um conjunto de princípios orientadores que passaremos desde já a analisar.

O artigo 2º da Lei 78/2001 de 13 de Julho prevê na sua redação alguns dos princípios basilares do funcionamento e organização dos Julgados de Paz. Atenemos à letra da lei e desde logo destacamos “a participação cívica dos interessados” para que “haja uma justa composição dos litígios por acordo das partes”.

O princípio da simplicidade, o princípio da adequação, o princípio da informalidade, o princípio da oralidade, o princípio da economia processual, o princípio da participação cívica dos interessados, o princípio da proximidade, o princípio da celeridade. Todos estes princípios estão indissociavelmente ligados entre si e têm um objetivo comum – a de uma justiça mais célere. Pelo que também o princípio da celeridade só é favorecido pelos aspetos decorrentes da proximidade, simplicidade, adequação e oralidade.

É por isso que em média os processos demoram entre 35 a 60 dias a ser resolvidos.⁴⁶

No entanto, ainda que não estejam expressamente previstos na letra da Lei dos Julgados de Paz, estão implícitos ainda outros princípios decorrentes dos acima descritos, que também pretendem aproximar os cidadãos da justiça, fomentando a participação activa e directa das partes.

Destacamos aqui o princípio da acessibilidade, o princípio da subsidiariedade, princípio do dispositivo, princípio da pacificação de conflitos e princípio da equidade⁴⁷.

⁴⁶ Fonte: site Conselho dos Julgados de Paz - www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt, acedido em 15/02/2016, intervenção de Maria Judite Matias Juíza de paz coordenadora do julgado de paz de Oliveira do Bairro, in Conferência Os Julgados de Paz;

João Chumbinho compara e sistematiza as diferenças entre os princípios que regem os Julgados de Paz e os princípios que orientam os tribunais judiciais.

De referir apenas que naturalmente há princípios comuns aos Julgados de Paz e aos tribunais judiciais, pelo facto de constituírem “imposição constitucional”, como sucede com o “princípio do dispositivo, princípio do inquisitório, princípio do contraditório, princípio da igualdade das partes, princípio da imparcialidade do juiz, princípio da publicidade...”.⁴⁸

Atentemos então nos princípios dos Julgados de Paz que muitas vezes encontram concretização não só na Lei dos Julgados de Paz, como também no Código de Processo Civil.

6.1. Princípio da Participação dos Interessados

Tendo em conta o artigo 2º da Lei 78/2001 de 13 de Julho , encontramos desde logo este princípio em destaque, consagrando este que aqueles que se dirigirem a um Julgado de Paz enquanto parte processual (demandante ou demandado) têm a faculdade de participar no processo de uma forma activa.

“A actuação dos Julgados de Paz é vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados”⁴⁹ – Isto quer dizer que as partes devem estar presentes, tendo em que conta que se considera que as partes serão, desde logo, as maiores conhecedoras da causa que originou o litígio e que poderão assim também ser as mais indicadas para se chegar à resolução do problema.

⁴⁷ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 53;

⁴⁸ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 53;

⁴⁹ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014, pág. 326;

“As partes têm de comparecer pessoalmente, podendo fazer-se acompanhar de advogado, advogado estagiário ou solicitador” – Artigo 38º nº 1 da LJP.⁵⁰

Regra geral a presença do advogado é meramente facultativa, exceptuando os casos previstos na Lei 78/2001 de 13 de Julho.

Na fase de mediação as partes são quem deve ter o papel principal, através da comunicação directa, do diálogo.

Tendo as partes também a faculdade de escolha de resolução do problema, seja em mediação, conciliação⁵¹.

6.2. Princípio do Estimulo ao Acordo

Como decorre do artigo 2º, nº 1 da Lei dos Julgados de Paz, o princípio do estímulo ao acordo está intimamente ligado ao princípio da participação dos interessados, e como o próprio diz “o julgado de paz está vocacionado para estimular a justa composição de litígios por acordo das partes”.⁵²

No decorrer do processo nos Julgados de Paz existe a sempre a possibilidade das partes chegarem a acordo, seja na fase de mediação ou na fase de conciliação.

Na fase de mediação pretende-se que se conclua sessão com acordo obtido (voluntariamente) entre as partes – ainda que sem qualquer pressão para a obtenção do acordo, não existindo qualquer penalidade se este não se alcançar.

Na fase de julgamento, o juiz de paz procura conciliar as partes⁵³ sempre no início de cada audiência. (Também na subfase de conciliação não existe obrigatoriedade de se chegar a acordo, não existindo igualmente nenhuma sanção para as partes)

⁵⁰ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 54;

⁵¹ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 58;

⁵² CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 58;

⁵³ Artigo 26º da LJP;

6.3. Princípio da Simplicidade

O Princípio da Simplicidade é concretizado pela ideia de que o processo é linear, de fácil compreensão, acessível às partes “enquanto cidadão comum”. Contrariamente ao que sucede no Processo Civil em tribunais judiciais, que apenas é compreensível para juristas.

Este princípio pretende que as formalidades e procedimentos concretizem a desburocratização que é tão caracterizadora do processo civil em tribunais comuns. É aqui que encontramos também a concretização para o tempo médio real de resolução de processos, que demoram em média cerca de 30 a 90 dias a serem resolvidos/concluídos.

O facto de se poder apresentar o requerimento oralmente na secretaria (reduzido a escrito pelo técnico de atendimento) – é a tradução prática (diária) dos Julgados de Paz.

O princípio está intimamente conexionado com os princípios da oralidade, da celeridade e da informalidade, sobre os quais nos debruçaremos adiante.

O artigo 2º, nº2 da Lei dos Julgados de Paz confere que “os Julgados de Paz estão concebidos e orientados por princípios de simplicidade”

O artigo 137º do CPC consagra que “Não é lícito realizar no processo actos inúteis, incorrendo em responsabilidade disciplinar os funcionários que os pratiquem”⁵⁴

Pretende-se agilizar procedimentos e diligências praticadas neste tribunal ao longo do decorrer do processo.

6.4. Princípio da Adequação Formal

⁵⁴ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 87;

Na análise deste princípio verifica-se a necessidade de explicar a clara diferença que existe no decorrer do processo em tribunal comum e do processo em Julgados de Paz.

Na sua concretização este princípio pretende a justiça adaptada ao caso concreto, traduzindo-se em flexibilidade.

Nos Julgados de Paz não existe uma forma de processo prevista como sucede nos tribunais judiciais e em que existe “processo comum/sumário e sumaríssimo”, e que se encontram previstos nos CPC/ CPP.

O artigo 265º A consagra que “quando a tramitação processual prevista na lei não se adequa às especificidades da causa, deve o juiz oficiosamente, ouvidas as partes determinar a prática dos actos que melhore se ajustem ao fim do processo, bem como as necessárias adaptações”

O princípio da adequação formal juntamente com o princípio da simplicidade permitem que o processo se desenrole e se ajuste às especificações de cada acto/processo. Em cada caso concreto deve-se afastar as formalidades desnecessárias à justa composição do litígio⁵⁵.

6.5. Princípio da Informalidade

O processo que decorre Julgados de Paz tem como ideia basilar ser uma alternativa ao processo decorrente nos tribunais judiciais, pelo que pretende eliminar objectivamente o ritual típico do processo civil no tribunal comum.

Com a aplicação deste princípio, pretende-se eliminar o excesso de formalismo que só viria contradizer, atrasar e dificultar a justa composição dos litígios que apenas se conseguem resolver na maioria

⁵⁵ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005;

das vezes por acordo, devido ao facto de na sua base não existir esse entrave formal⁵⁶.

Deste modo, o princípio da informalidade fomenta o diálogo aberto entre as partes, essencialmente nas fases de mediação e conciliação.

No entanto e ainda assim, alguns formalismos são essenciais de se manter, de forma a assegurar o mútuo respeito entre as partes, nomeadamente na fase de julgamento.

6.6. Princípio da Oralidade

O princípio da Oralidade é dos que mais caracteriza o decorrer do processo nos Julgados de Paz, tendo em conta que a oralidade é a forma privilegiada nos Julgados de Paz para se transmitir informação - começando desde logo pela propositura da acção – artigo 43, nº 2 e nº 3º; seja na apresentação da Contestação – artigo 47º, nº 1.

As notificações podem ser feitas por telefone e durante a sessão de pré-mediação e mediação as partes comunicam, em todo o seu esplendor, através de diálogo.

Em sede de julgamento também o juiz de paz convida e fomenta o diálogo entre as partes, dando-se sempre preferência a esta forma de comunicação directa.

A sentença é também proferida oralmente pelo juiz perante as partes, sem prejuízo de ser igualmente reduzida a escrito.⁵⁷

⁵⁶ COSTA, Ana Soares da; RIBEIRO, Catarina Araújo; PEREIRA, Joana de Deus; LIMA Marta Pimpão Samúdio e BANDEIRA, Susana Figueiredo – Julgados de Paz e Mediação. Um novo conceito de justiça, AAFDL, Lisboa, 2002;

⁵⁷ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 92.

A fase de pré-mediação e mediação são predominantemente realizadas através do diálogo das partes, passando apenas a acordo escrito se as partes chegarem a acordo.

Há necessidade de salvaguardar aquilo que reproduzido oralmente, ser o que se transcreve para os autos. Ou seja a redução a escrito, deve coincidir com a palavra das partes⁵⁸.

6.7. Princípio da Absoluta Economia Processual

O Princípio da Absoluta Economia Processual tem consagrado na sua essência os artigos 137º e 138º do CPC, onde se prevê a proibição de actos inúteis para o processo, pretende-se ainda que sejam eliminados ou reduzidos os actos que não sejam considerados indispensáveis para o bom andamento do processo e para a boa decisão da causa.

No entanto, devem salvaguardar-se sempre os Direitos Liberdade e Garantias e as formalidades indispensáveis.

Ao eliminar-se as inutilidades a resolução do conflito revela-se mais célere e cinge-se ao que realmente interessa sem divagações, aumentando assim a resolução do número de litígios⁵⁹.

6.8. Princípio da Equidade

A equidade consubstancia-se na Justiça aplicada ao caso concreto⁶⁰.

O juiz deve atender a uma ponderação, a uma perspectiva de razoabilidade das partes, ainda que a equidade não afaste a fundamentação obrigatória à decisão⁶¹.

⁵⁸ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005.

⁵⁹ SEVIVAS, João – Julgados de Paz e o Direito, Rei dos Livros, Lisboa, 2007
pág.92

⁶⁰ Artigo 26º da LJP

6.9. Princípio da Pacificação de Conflitos

O princípio da pacificação de conflitos encontra-se desde logo referenciado na própria nomenclatura do tribunal. Como se evidência os JP, incluem a palavra Paz na própria designação, dando desde logo essa mesma ideia, a quem não tenha sequer noção do que se trate os JP.

Efectivamente, no decorrer do processo nos JP, pretende-se sempre preservar a relação entre as duas partes que se encontram ali em conflito.

Pretende-se que se ultrapasse aquele litígio de uma forma pacífica, conversando, chegando a um acordo dentro de uma lógica de “relação de vizinhança”.

Desde a mediação à conciliação existe este sentimento de apaziguar e resolver o conflito da melhor forma possível e que mais convenha às partes.

No decorrer de um processo nos Julgados de Paz não há a ideia de que uma das partes tem que ganhar a causa. As duas partes devem sair a ganhar, a relação das partes deve sair a ganhar.

6.10. Princípio do Dispositivo

O princípio do Dispositivo predominante nos Julgados de Paz, surge por oposição ao princípio do Inquisitório que caracteriza o processo nos tribunais comuns.

O princípio do inquisitório traduz-se na condução do processo pelas mãos do juiz. Quer isto dizer que o bom andamento do processo não depende propriamente da vontade das partes, mas antes das

⁶¹ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág. 122

alegações e provas oferecidas pelas partes. Aqui será sempre o juiz a investigar e a decidir⁶².

O princípio do dispositivo contrariamente ao princípio do inquisitório pretenda e valoriza claramente o interesse das partes.⁶³

“Pois ninguém melhor que os próprios titulares pode saber cuidar dos seus direitos e interesses”⁶⁴

O princípio do dispositivo pretende assim, dar voz activa às partes ao longo de todo o processo, apenas cabendo ao juiz proferir a decisão, caso aquelas não consigam chegar a acordo.

Este princípio está patente quando se estimula o acordo entre as partes, facultando a estas a resolução do conflito.

Ao longo do meu estágio verifiquei a concretização prática desde princípio, que tal como refere João Chumbinho, este princípio encontra-se reforçado com a criação dos Julgados de Paz.

6.11. Princípio da Celeridade

O princípio da celeridade traduz-se na prática no desenrola processo de forma expedita. Quer isto dizer que em conjugação com todos os outros princípios basilares dos Julgados de Paz, o processo aqui (neste tribunal em contraposição ao processo nos tribunais comuns) tende a ser menos moroso.

A própria CRP fala de celeridade quando diz que a justiça deve ocorrer em tempo útil. cfr. Artigo 20º nº 5 CRP. A decisão para o caso concreto

⁶² CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, página 131;

⁶³ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág 130;

⁶⁴ SOUSA, Miguel Teixeira de, Introdução ao Processo Civil, Lex, 2000,pág. 59;

deve ser obtida dentro de um prazo razoável a que o seu efeito útil não se dilua no tempo⁶⁵.

Nos Julgados de Paz o horário de expediente alarga-se até aos sábados de manhã e pode-se eventualmente trabalhar nos feriados, não existindo aqui férias judiciais, pelo que não há suspensão de prazos (ao contrário do que sucede nos tribunais judiciais).⁶⁶

O tempo médio de um processo nos Julgado de Paz é de 60 dias para se ver concluído. No entanto pode ir de 30 a 90 dias, consoante o desenrolar de actos e fases processuais (de fazer notar que muitas vezes o atraso processual dá-se devido à dificuldade de citar o demandado).

Durante a minha experiência nos Julgados de Paz e devido ao aumento de competências do JP em Setembro do ano transacto, o número de processos aumentou drasticamente, tendo possivelmente (se futuramente não aumentarem o número de juízes de paz), havido um ligeiro retrocesso no que diz respeito ao princípio da celeridade.

No entanto, regra geral, as diligências processuais desenrolam-se de forma bastante expedita.

6.12. Princípio da Proximidade

O princípio da proximidade é concretizado no artigo 4º da LJP onde a proximidade se deve ao facto de os JP se tratarem de “tribunais locais” que na génese pretendem aproximar o cidadão à Justiça, tornando os tribunais mais acessíveis a todos os que os procuram ou pretendem procurar.

As características dos Julgados de Paz que revelam essencialmente este princípio da aproximação são:

⁶⁵ COSTA, Ana Soares da; RIBEIRO, Catarina Araújo; PEREIRA, Joana de Deus; LIMA Marta Pimpão Samúdio e BANDEIRA, Susana Figueiredo – Julgados de Paz e Mediação. Um novo conceito de justiça, AAFDL, Lisboa, 2002;

⁶⁶ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág 117;

- O horário de funcionamento (essencialmente o horário alargado (das 9h15 às 19h30) permite aos cidadãos deslocar-se quando tiverem disponibilidade.⁶⁷
- A taxa de justiça (valor máximo de € 70 por processo, € 35 custas para cada parte, € 25 quando as partes chegarem a acordo via mediação) – faz com que qualquer cidadão independentemente da sua condição económica/financeira possa aceder ao tribunal.
- o facto de não existir obrigatoriedade de constituição de advogado, também reduz as custas de colocar uma acção no tribunal.

6.13. Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade consubstancia-se na relação de complementaridade entre a UE e os Estados-Membros. Atendendo ao Artigo 5º do Tratado que institui a UE, o princípio da subsidiariedade consiste na acção subsidiária da UE em relação aos Estados-Membros.

Quer isto dizer que, a UE só intervém quando se trate matéria da sua exclusiva competência, supondo sempre uma actuação ponderada, não devendo essa actuação exceder aquilo que seja necessário para alcançar os objectivos do Tratado.

Deste modo, existe uma relação de cooperação, que consiste no facto de competir aos Estados-Membros agir sempre que não se trate de competência exclusiva da União Europeia⁶⁸.

Algumas matérias que são reguladas de forma exclusiva pela U.E. como a União aduaneira e a Política monetária (nos países aderentes ao Euro). Existem ainda competências partilhadas entre a UE e os

⁶⁷ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág 101;

⁶⁸ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005;

Estados-Membros, como é o caso de: mercado interno, ambiente, transportes, energia, agricultura, pescas, seguranças, justiça⁶⁹.

Não obstante, cabe à União Europeia intervir o mínimo possível, estando limitada a actuação quando os Estados-Membros não conseguirem atingir sozinhos os objectivos a que o Tratado se propõe.

Em bom rigor, o princípio da subsidiariedade visa proteger a capacidade de decisão e acção dos Estados-Membros, quando a UE não tiver legitimidade para intervir.

O princípio da subsidiariedade é complementado pelos princípios da atribuição e princípio da proporcionalidade.

Pelo que a União Europeia só intervém em domínio político se:

- a) Essa acção fizer parte das competências atribuídas à UE - princípio da atribuição;
- b) No âmbito das competências partilhadas os objectivos forem mais pertinentemente alcançados com a acção da EU - fixados no Tratado- princípio da subsidiariedade;
- c) Se o conteúdo e forma da acção não excederem o necessário para alcançar os objectivos fixados nos Tratados. – princípio da proporcionalidade⁷⁰;

Por outro lado, este princípio tem igualmente o objectivo de aproximar os cidadãos à UE. Neste seguimento este princípio determina quando a UE é competente para legislar e quando pode contribuir para que as decisões sejam tomadas o mais perto possível dos cidadãos.

6.14. Princípio da Cooperação

Este princípio é fomentado ao longo do decorrer de todo o Processo nos Julgados de Paz.

⁶⁹ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005;

Desde a fase de mediação, em que se pretende que as partes cooperem entre si com vista a obter um resultado final – O Acordo. cfr. artigo 53º, n.º 2 da Lei 78/2001 de 13 de Julho.

Na fase de conciliação também o juiz incentiva a que se chegue a um acordo de partes.

No entanto, se não se chegar a um acordo não há nenhuma sanção para as partes e aí compete ao juiz de paz a decisão do resultado⁷¹.

Não obstante o princípio da cooperação entre as partes, juiz e mediador é o que se procura no decorrer do processo, atendendo ao facto de só assim se conseguir atingir o propósito de encontrar uma solução que agrade a ambas as partes.

6.15. Princípio da Acessibilidade

A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio de acesso aos direitos e aos tribunais e é nisso que consiste na prática o princípio da acessibilidade⁷².

O princípio da acessibilidade consiste numa aproximação dos tribunais, da justiça aos cidadãos.

Dos factores com maior influência no afastamento ou proximidade os cidadão à justiça é o custo que isso pode acarretar.

Como já se verificou os Julgados de Paz têm um custo fixo de 70€.

Como diz o Juiz de Paz, João Chumbinho, o princípio da acessibilidade traduz, na prática, o princípio da constitucionalidade do acesso ao direito e aos tribunais

⁷¹ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005;

⁷² CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007, pág.98

7. Dever de Confidencialidade e Dever de Sigilo

Decorrem ainda dois deveres fundamentais inerentes a todos os trabalhadores dos Julgados de Paz, desde os estagiários, aos técnicos administrativos, aos técnicos superiores, aos mediadores de conflitos, culminando nos Juízes de Paz, que são os deveres de confidencialidade e sigilo.

- a) Dever de confidencialidade
- b) Dever de sigilo

O segredo profissional está em estreita conexão com a lealdade e confiança devidas ao utente. O Técnico que, no exercício da sua relação profissional, é depositário de muitas revelações confidenciais. É requisito a possibilidade do utente revelar ao Técnico de Atendimento e/ou ao Mediador informações que não confiaria a mais ninguém, e que este possa ser o destinatário de informações sigilosas só transmissíveis no pressuposto da confidencialidade. Sem a garantia de confidencialidade não pode haver confiança. O segredo profissional é, pois, reconhecido como direito e dever fundamental e primordial de quem trabalha com os processos e tem acesso a este tipo de informações.

A obrigação de guardar segredo visa garantir razões de interesse público, nomeadamente a administração da justiça e a defesa dos interesses dos cidadãos. Consequentemente, esta obrigação deve beneficiar de uma protecção especial por parte do Estado. Deve-se assim, respeitar a obrigação de guardar segredo relativamente a toda a informação confidencial de que se tome conhecimento no âmbito da sua actividade profissional. A obrigação de guardar segredo profissional visa garantir razões de interesse público,

nomeadamente a administração da justiça e a defesa dos interesses dos clientes. O segredo profissional abrange ainda documentos e tudo quanto se relacione, directa ou indirectamente, com os factos sujeitos a sigilo.

II- Relatório da atividade desenvolvida no estágio

Com referência ao supra exposto na Introdução do presente relatório, iniciei o meu estágio nos Julgados de Paz de Lisboa, em Novembro de 2014, pelo período de 3 meses – de 29/11/2014 a 01/03/2015. Pelo que, a presente dissertação terá por base as actividades ali desenvolvidas, realizadas no âmbito do Curso de Mestrado em Direito na área de Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Para contextualizar o início do estágio no Julgado de Paz de Lisboa, reporto-me às burocracias que atrasaram o início do mesmo. A minha intenção seria a de começar o referido estágio em Setembro de 2014, por coincidir com o início do semestre e por motivos do término do prazo de entrega, o qual está previsto nos Artigos 31º, 32º e 33º do no Regulamento do 2º Ciclo. No entanto, e, por motivos de logística e burocracias de protocolo, só me foi possível iniciar na referida data, visto que também já existiam outros colegas a fazer o mesmo estágio e os Julgados de Paz não dispunham de postos de trabalho para que pudéssemos todos ao mesmo tempo desenvolver um estágio proveitoso e com as condições mínimas exigidas.

O estágio teve início assim, a 29 de Novembro de 2014, no Julgado de Paz de Lisboa, onde fui recebida pelo Dr. João Chumbinho, Juiz de Paz e também coordenador deste Julgado de Paz, que me apresentou a toda a equipa presente a exercer funções naquele organismo.

As actividades iniciaram-se, assim, com uma explicação teórica do Dr. João Chumbinho que se reflectiu em considerações gerais acerca este tribunal. Com esta conversa inicial, de uma forma geral, fui introduzida ao conceito de Julgados de Paz, onde salientou a crescente importância deste instituto no ordenamento jurídico português. Abordou ainda, de uma forma sintética, o conjunto de princípios pelos quais o funcionamento e organização dos Julgados de Paz são regidos.

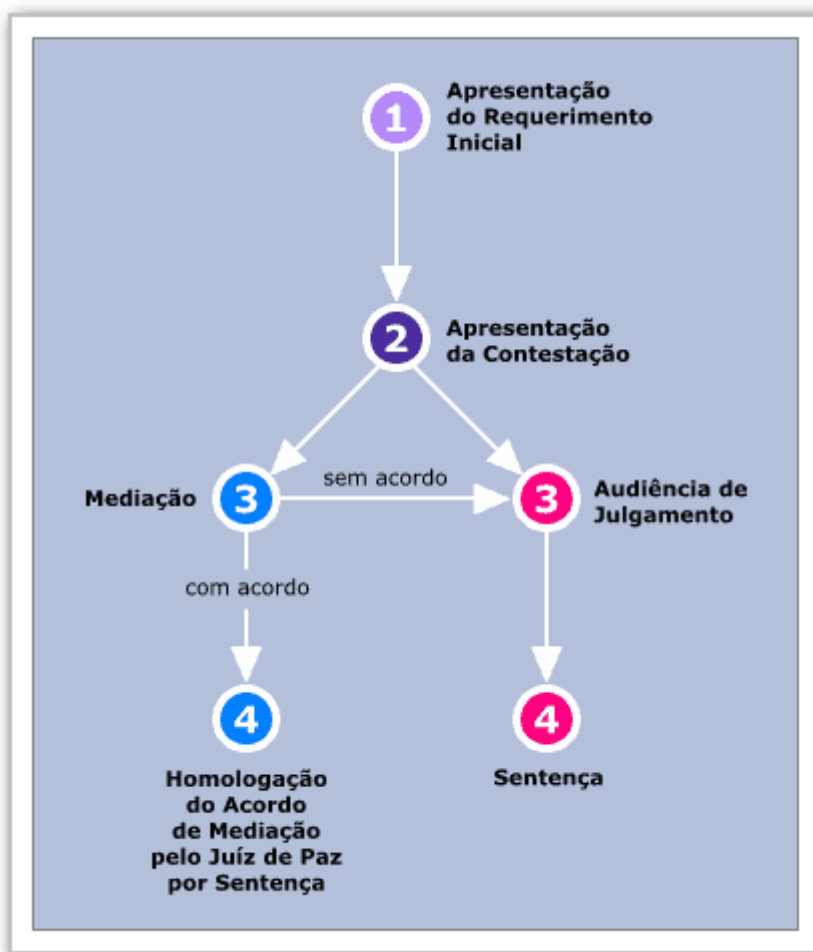
O Juiz de Paz, Dr. João Chumbinho colocou-se desde logo à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e mostrou um enorme gosto e motivação pelo exercício da profissão, acabando por de grosso modo fazer um balanço dos 13 anos que este instituto se encontra instalado em Portugal e do seu trabalho naquele Julgado de Paz.

Com o Dr. João Chumbinho tive, ainda, a oportunidade de trocar várias impressões ao longo do estágio e foi ele quem me introduziu a toda a equipa técnica deste Julgado de Paz, destacando as diversas secções e funções que cada técnico desempenha, para que, de uma perspectiva agora prática, pudesse compreender a organização e funcionamento do Julgados de Paz.

Através das várias conversas e esclarecimentos que fazia questão de ter com os estagiários, o Dr. João Chumbinho salientou que o Julgado de Paz está repartido e organizado de acordo com as as diferentes fases do processo, como explicarei mais adiante.

Reportando-me à primeira conversa introdutória com o Juiz de Paz, Dr. João Chumbinho, os Julgados de Paz só fazem sentido observados de uma perspectiva triangular em que a Participação Cívica dos Interessados,

o Estímulo Processual com vista ao Acordo e a Pacificação da Justiça são os vértices do triângulo e no centro do mesmo se encontra o cidadão⁷³.



Fonte: site do Conselho dos Julgados de Paz

Como os estágios nos Julgados de Paz são constantes, sejam eles por via de protocolo com faculdades ou através da Câmara Municipal de

⁷³ Artigo 2º da Lei dos Julgados de Paz, Lei nº 78/2001 de 13 de Julho (doravante LJP)

Lisboa, e como quando iniciei o estágio no Julgado de Paz de Lisboa, estavam também a desenvolver estágio mais três colegas, a equipa de técnicos superiores de Direito e técnicos administrativos integrou-me de uma forma bastante recetiva e de quem está bastante habituado à entrada e saída de caras novas nos JP em busca de novos conhecimentos.

O plano delineado para a realização do estágio consubstanciou-se em, passar por todas as secções/funções/postos de trabalho ali existentes, de forma a melhor compreender o papel que cada um desempenha no desenrolar do processo e, desta forma também, ter uma perspectiva prática das fases e trâmites processuais.

Internamente os Julgados de Paz estão divididos por várias secções e serviços⁷⁴, a saber:

- 1) Serviço de atendimento ao público⁷⁵ – constituído por técnicos de atendimento – estes técnicos são Juristas/Técnicos Superiores de Direito, que poderão inclusive ser advogados, no entanto estão proibidos por incompatibilidade de exercer advocacia no Julgado de Paz onde prestem serviços enquanto técnicos de atendimento⁷⁶ - Se os técnicos de atendimento não tiverem vínculo à administração local que os impeça totalmente de exercer a advocacia (como agentes administrativos que são), já a poderão exercer, em princípio, embora com a restrição decorrente da área de jurisdição do Julgado de Paz onde prestam serviço; isto por similitude da sua posição com a dos mediadores de conflitos colocados em Julgados de Paz, os quais por

⁷⁴ Artigo 15º da LJP;

⁷⁵ Artigo 17º da LJP;

⁷⁶ Parecer do Conselho do Conselho Superior da Ordem dos Advogados sobre Informação nº 217/DPJP/DSRAL do Ministério da Justiça. Deliberação do Conselho de acompanhamento dos Julgados de Paz sobre o exercício da advocacia por técnicos de atendimento dos Julgados de Paz.

norma expressa, não podem exercer a advocacia nos julgados onde estão colocados – art.º 30º n.º 3 da Lei nº 78/2001 – podendo, no entanto, exercê-la fora dessa área.

- 2) Serviço de Apoio Administrativo⁷⁷ – composto por técnicos administrativos.
- 3) Serviço de Mediação⁷⁸ – constituído por mediadores escalados em conformidade com a lista oficial do Ministério da Justiça
- 4) Juízes de Paz⁷⁹ – os quais exercem o poder jurisdicional e coordenam o Julgado de Paz.

Os Julgados de Paz têm um horário de funcionamento flexível e está assente numa justiça de proximidade ao cidadão – de segunda a sexta feira funciona das 09h00 às 20h00; sendo que o atendimento ao público tem um horário de funcionamento das 09h15 às 19h30. Ao sábado, o Julgado funciona entre as 10h00 e as 14h00, estando o atendimento ao público disponível entre as 10h15 e as 13h30.

Nos Julgados de Paz não há férias judiciais pelo que, os prazos contam-se de forma contínua, havendo ainda a possibilidade de funcionamento aos domingos e feriados (porém estas hipóteses não ocorreram durante a minha experiência no Julgado de Paz de Lisboa).

Deste modo, numa primeira abordagem fui aconselhada pelos Técnicos Superiores de Direito que ali exercem funções, a consultar vários processos já findos e em arquivo para começar a ter uma ideia generalizada de toda a tramitação processual, desde a entrada da acção no tribunal, até á fase de julgamento.

Com efeito, na primeira semana propus-me então, a fazer a análise

⁷⁷ Artigo 17º da LJP

⁷⁸ Artigo 16º da LJP

⁷⁹ Artigo 23º da LJP

de processos findos, exercício através do qual me deu a perspectiva prática da competência material dos Julgados de Paz. Nesta actividade deparei-me com todo o tipo de acções previstas no Artigo 9º. Ao consultar os processos findos, observei ainda as várias peças que compõe cada fase processual, nomeadamente Requerimentos Iniciais, Citações, Contestações, Notificações, Relatórios da Fase de Mediação, Despachos de Homologação e Não Homologação de Acordo e Sentenças.

Após este momento de análise processos findos, do qual retirei a compreensão do desenrolar e das especificidades de cada fase e tramitação processual dos processos que correm termos nos Julgados de Paz, passei então à prática do plano de estágio.

8.1 Atendimento ao Público

Tendo em conta que o processo divide-se em Três Grandes Fases – Fase Inicial, Fase de Mediação e Fase de Julgamento, comecei então a minha actividade prática junto da Secretaria do Tribunal, concretamente no Atendimento ao Público. –

Assim, a Fase Inicial, ou primeira fase do processo, começa na Secretaria do Tribunal e/ou Atendimento ao Público ⁸⁰ - com a apresentação dos Requerimento Inicial e Contestação⁸¹.

Nesta repartição do tribunal, acompanhei e observei o trabalho desenvolvido pelos Técnicos Superiores de Direito. Presenciei o contacto directo com os cidadãos no atendimento ao público. São os Técnicos Superiores de Direito ou Juristas que recebem os cidadãos que ali se dirigem.

Sendo que,

⁸⁰ Artigo 17º nº 1 da LJP

⁸¹ Artigo 43º da LJP

“O serviço de atendimento é a primeira face do Julgado e nesse sentido é com os técnicos desse serviço que os cidadão têm o primeiro contacto”⁸²

Na secretaria, o cidadão pode apresentar o requerimento inicial de duas formas:

- a) Por escrito, sendo o articulado redigido pelo próprio cidadão ou por advogado;
- b) Oralmente, junto dos serviços de atendimento ao público do Julgado de Paz competente para conhecer aquele litígio.

Na hipótese em que a parte dá a entrada do requerimento inicial por escrito, o técnico apenas dá lugar ao registo de entrada de ação, de petição inicial, sem ter que ser o técnico a redigir o articulado.

No atendimento ao público, os técnicos têm o dever da imparcialidade e está-lhes vedado prestar aconselhamento jurídico⁸³, o que na prática é todos os dias posto à prova, uma vez que na sua maioria, os cidadãos que desconhecem o que devem fazer, e tendem a colocar questões como se estivessem perante uma consulta jurídica. Questões às quais os Técnicos de Atendimento não podem dar resposta por ser, em boa verdade, aconselhamento jurídico. Esta regra de não poder aconselhar os cidadãos/partes que se dirigem ao Julgado de Paz, traduz-se no princípio/dever de imparcialidade. O Técnico está, assim, limitado a

⁸² CHUMBINHO, João (2007) – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris – Sociedade Editora, Lda, Lisboa, 2007.

⁸³ “Conclui-se que o exercício da advocacia é apenas incompatível com o desempenho das funções de técnico de atendimento na área de jurisdição do Julgado de Paz onde o técnico está afecto, seja num Julgado de Paz de âmbito concelhio, seja num Julgado de Paz constituído na modalidade de agrupamento de concelhos contíguos, em face do disposto nos art.ºs 69º n.º 1 als. e) e f) do E.O.A., 9º n.º 1 do Código Civil e 209º da Constituição da República Portuguesa”in Parecer do Conselho do Conselho Superior da Ordem dos Advogados sobre Informação nº 217/DPJP/DSRAL do Ministério da Justiça. Deliberação do Conselho de acompanhamento dos Julgados de Paz sobre o exercício da advocacia por técnicos de atendimento dos Julgados de Paz.

aconselhamento jurídico atendendo ao facto de tanto poder fazer o requerimento inicial do demandante como a contestação do demandado. E o aconselhamento jurídico é da competência dos advogados.

Na segunda hipótese, se o cidadão não trazer o requerimento inicial já redigido, pode dar entrada da ação oralmente⁸⁴.

Nesta fase, em que a parte dá entrada da acção oralmente, o papel do técnico é preponderante, tendo que ouvir toda a história que deu lugar ao litígio e reproduzi-la por escrita. Todos os factos e detalhes relevantes devem constar do articulado, para que a verdadeira causa de pedir da parte esteja ali espelhada.

No final da redação do articulado, a parte que oralmente contou ao técnico o sucedido, deve lê-lo e verificar se constam todos os detalhes que considere importantes para a boa decisão da causa. Se eventualmente faltar algum pormenor, deve indicar ao técnico, que o acrescentará. O articulado é então subscrito pela parte, concordando com o que ali se encontra escrito, dando lugar à entrada da peça processual no tribunal.

Em média, a entrada de uma ação verbalmente demora cerca de duas horas. Regra geral a entrada oral de peças processuais é efetuada por quem não constitua mandatário, no entanto não significa que não possa constituir advogado depois de ter dado entrada da acção oralmente.

⁸⁴ Artigo 43, nº 2 e nº 4 da LJP

8.2 Serviços Administrativos

Numa fase seguinte do estágio passei a estar presente na secretaria do tribunal, mais concretamente junto do apoio administrativo, secção do tribunal que trabalha com todas as fases processuais.

Nos serviços administrativos fui integrada com uma breve explicação o funcionamento e organização de todo o Julgado de Paz em geral e daquele em serviço em particular. Neste momento do estágio em contacto com o apoio administrativo, onde todos os técnicos foram bastante prestativos, aprendi entre outras coisas, a prática dos regimes da citação⁸⁵, da contestação, das notificações⁸⁶ – de marcação de pré-mediação, ou das marcações das audiências de julgamento. Aprendi o que sucede quando há aceitação/escolha da realização da sessão de pré-mediação/mediação e quando há afastamento da mesma. Aprendi como se realiza todo o processo de citação/notificação, estando sujeito a um método com várias regras.

E foi neste contexto que verifiquei em primeira mão a importância dos técnicos administrativos para o bom funcionamento de um tribunal. O trabalho nunca acaba e com o aumento das competências dos Julgados de Paz, está sempre a chegar mais.

Os Julgados de Paz podem agora resolver litígios com um valor até € 15.000,00 e o número de processos aumentou drasticamente, principalmente no Julgado de Paz de Lisboa (que, quando comparado com o volume de processos dos Julgados de Paz que existem no restante país, é bastante mais elevado).

⁸⁵ Artigo 45º da LJP

⁸⁶ Artigo 46º da LJP

No apoio administrativo recebe-se e dá-se entrada de ações que chegam por correio. Quando as ações são propostas via correio, deve analisar-se bem o requerimento inicial para saber se o Julgado de Paz tem competência para julgar aquela causa (análise competência sempre a ter em conta pelos critérios de valor da ação, matéria e território). Se aquela ação couber nas competências dos Julgados de Paz, dá-se lugar à citação do demandado.

O demandado passa a ter 10 dias (a contar da data de receção da citação) para contestar a ação⁸⁷.

Regra geral, nos Julgados de Paz não é admitida reconvenção.⁸⁸

A contestação pode ser apresentada por escrito (entregue em mão nos serviços de atendimento ao público do Julgado de Paz correspondente ou enviada por correio), ou oralmente - tendo aqui que ser efetuada pessoalmente junto dos Serviços de Atendimento, podendo ainda assim se a parte o entender, ser subscrita por advogado⁸⁹.

O regime das notificações (sejam elas de audiência de julgamento, de pré-mediação ou outras) obedece a vários requisitos, nomeadamente se as partes tiverem mandatário, a notificação vai em correio registado para a parte e para o respetivo advogado (se este tiver fax, pode ser notificado por fax). Quando a parte não tem mandatário, a notificação segue por correio de forma registada e simples.⁹⁰

O regime das citações e das notificações nos Julgados de Paz tem algumas diferenças quando comparado com o que acontece nos Tribunais Judiciais. Atentemos ao facto da não existência de citação por edital⁹¹, ao invés do que acontece nos tribunais judiciais⁹².

⁸⁷ Artigo 47º da LJP

⁸⁸ Artigo 48º da LJP

⁸⁹ Artigo 43º da LJP

⁹⁰ Arts. 219º e ss.do CPC

⁹¹ Artigo 46º, nº 2 da LJP

⁹² Artigos 233º, nº6 e 251º do CPC

Ao contrário do que acontece nos tribunais judiciais, nos Julgados de Paz as notificações podem ser efectuadas por telefone⁹³.

Quando a Petição Inicial chega ao Julgado de Paz por correio:

- a) Tem que se verificar se há competência para julgar – é ao juiz de paz que cabe decidir se o Julgado de Paz tem ou não competência para julgar aquela acção. Ainda que na prática os técnicos que recebem o correio estejam habilitados para perceber desde logo se se dá entrada daquela acção, ou se será necessário pedir ao juiz que determine a competência do Julgado de Paz.
- b) Verifica-se se foi paga a taxa de justiça (que pode ser paga por transferência bancária ou cheque).

⁹³ Artigo 46, nº3 da LJP

8.3 Serviço de Pré-Mediação e Mediação

Seguiu-se a Fase de Mediação – em que passei a acompanhar a segunda fase processual. Neste momento do estágio, passei a acompanhar o trabalho dos mediadores, através da observação de sessões de pré-mediação e mediação⁹⁴

Ressalvo a ideia de que esta fase não é obrigatória, podendo desde logo ser afastada pelas partes, saltando para a fase de audiência de julgamento, sem qualquer penalização para as partes.

O Serviço de Mediação é competente para mediar quaisquer litígios que possam ser objecto de mediação e ainda litígios que estejam excluídos da competência dos Julgados de Paz⁹⁵. Importa ressaltar que, estão excluídos de ser objecto de mediação acções sobre direitos indisponíveis⁹⁶.

Os mediadores que estão em funções nos Julgados de Paz são profissionais independentes e habilitados para tal⁹⁷. O mediador presta serviço e actua dentro dos parâmetros legais consagrados no estatuto do mediador previsto na Lei da Mediação, aprovado pela Lei n.º 29/2013, de 19 de Abril⁹⁸.

Tal como o técnico de atendimento, os mediadores estão impedidos de exercer advocacia no Julgado de Paz onde prestem serviço naquela qualidade.

⁹⁴ Artigos 16º e 49º da LJP

⁹⁵ Artigo 16º, nº 3 da LJP

⁹⁶ “o direito indisponível é um direito que não é susceptível de ser objecto de actos de disposição da vontade do titular, ou seja, direito relativamente ao qual a vontade do titular é ineficaz para a sua transmissão ou extinção” – Ana Prata in Dicionário Jurídico, 2ª edição, pág. 205.

⁹⁷ Artigo 30º nº 1 da LJP

⁹⁸ Artigo 30º nº 2 da LJP

Os mediadores que prestam serviço nos Julgados de Paz têm que possuir cumulativamente os seguintes requisitos⁹⁹ – i) Ter mais de 25 anos; ii) possuir licenciatura; iii) estar no pleno gozo de direitos civis e políticos; iv) ter sido seleccionado através de concurso público aprovado pelo Ministério da Justiça¹⁰⁰, v) possuir o curso de mediação certificado e aprovado pelo Ministério da Justiça, vi) não ter sido condenado nem estar pronunciado por prática de crime doloso; vii) ter domínio da língua portuguesa.

Assisti a várias sessões, tentando sempre acompanhar mediações orientadas por mediadores diferentes para perceber o método de trabalho, e as ideias defendidas no que diz respeito a esta forma alternativa de resolver litígios.

Nas sessões de pré-mediação e mediação eu e as restantes colegas estagiárias, assim como o mediador, como foi suprarreferido, estamos adstritos ao dever de sigilo, pelo que não poderei reproduzir qualquer elemento pessoal da sessão.

Foi bastante interessante analisar as diferentes abordagens e maneiras de trabalhar de cada mediador.

Na sessão de pré-mediação, o mediador esclarecia as partes sobre o que é a mediação propriamente dita e perguntava-lhes se queriam seguir essa via para resolver o conflito. Caso concordassem seguir a via da mediação, as partes assinavam desde logo um documento em como declaravam de forma livre e esclarecida querer prosseguir da pré-mediação para a mediação.

A falta de comparência na sessão de pré-mediação sem que esta seja justificada num prazo de três dias, implica a imediata marcação para realização de audiência de julgamento, nos termos do artigo 54º da LJP.

⁹⁹ Artigo 31 da LJP

¹⁰⁰ Artigo 32 da LJP

O mediador não sabe nada sobre o processo que está a mediar, contrariamente ao juiz. Ao juiz cabe o poder de opinar, sugerir sobre o caso, sobre a eventual solução em caso de conciliação. O mediador não o pode fazer.

A mediação é uma forma mais rápida, justa e eficaz para resolver conflitos. É uma resposta adequada a cada conflito, sendo uma alternativa credível e pacificadora de resolução de conflitos.

O mediador conduz o processo de forma isenta, neutra e imparcial possível. O mediador não julga, apenas facilita e guia o diálogo entre as partes.

Em regra, nos Julgados de Paz, os casos resolvidos por mediação de conflitos levam apenas uma sessão, mas pode marcar-se uma segunda, ou uma terceira sessão se for necessário.

A mediadora de conflitos Katian Caria defende que durante a sessão de pré-mediação deve-se predispor as partes para um entendimento, tem que haver abertura e compreensão para que na fase da mediação propriamente dita, se chegue a um acordo. Este acordo é assinado e redigido na sala de mediação e posteriormente assinado pelo Juiz de Paz, conferindo-lhe imperatividade.

A proposta que surgir para acordo na sessão de mediação tem que ser aceite durante a mesma, ainda que as mediações possam ser prolongadas por várias sessões. Quando se der por terminada a fase de mediação, não é possível aceitar a proposta de acordo, apesar de ser possível obter-se acordo na fase de conciliação.

Implica ainda distinguir entre mediação pública e mediação privada. A mediação pública é a que ocorre nos Julgados de Paz e é este acordo que é homologado pelo Juiz de Paz); Na mediação privada vale como título executivo o acordo que daqui resultar.

É interessante verificar a diversidade de profissões que os mediadores de conflitos têm para além de mediar conflitos. Significa que a área de onde profissionalmente advêm não releva para exercer esta atividade. Nomeadamente a mediadora Katian Caria é formada em relações internacionais, o mediador Jorge Macieira é advogado (volto a ressaltar que o advogado pode praticar funções de mediador, desde que no Julgado de Paz onde exerça função de mediador, não poderá exercer o papel de advogado), havia outra mediadora que era assistente social e outro que era sociólogo.

Assisti ainda a uma pré-mediação em que o mediador simplesmente não deixou as estagiárias assistirem à sessão de mediação, ainda que estivessem abrangidas pelo dever de sigilo e as partes não se tivessem oposto.

Nas sessões de pré-mediação/mediação com o mediador Jorge Macieira, este ressaltou que nada do que for dito na sessão de mediação por ser utilizado como prova em julgamento, quer pelos intervenientes/partes, quer pelo mediador ou estagiários.

Este mediador defende que as regras da mediação são o respeito mútuo e espírito cooperativo, a compreensão e o diálogo entre as partes.

Como resulta da razoabilidade não é obrigatório chegar-se a um acordo, ainda que haja boa vontade das partes para se chegar a tal entendimento; Dito de outra forma, não há qualquer penalização por não se chegar a um acordo.

Para o mediador Jorge Macieira, o mediador não deve simpatizar com nenhuma das partes para conferir neutralidade à sessão de mediação.

O acordo é homologado pelo juiz, verificando apenas a legalidade do mesmo, passando a partir de então a ter a força de sentença.

A pré-mediação/mediação é voluntária, pelo que pode ser recusada logo no requerimento inicial.

Se no requerimento inicial ou na contestação nada se disser sobre a pré-mediação, marca-se desde logo a sessão, notificando-se as partes para a mesma.

8.4 Audiência de Julgamento

Sucedeu-se, por fim, a última fase processual – a Fase de Julgamento. Na fase de julgamento acompanhei os julgamentos dos juízes de paz em exercício de funções no presente julgado de paz, Dr. João Chumbinho e Dra. Judite Matias. – cfr Artigo 57º LJP.

Para exercer função juiz de paz, devem estes possuir cumulativamente os seguintes requisitos: i) ter nacionalidade portuguesa; ii) possuir licenciatura em Direito; iii) ter idade superior a 30 anos; iv) estar no pleno gozo de direitos civis e políticos; v) não ter sido condenado nem estar pronunciado pela prática de crime doloso; vi) fazer cessar qualquer actividade profissional pública ou privada antes de assumir a função de juiz de paz¹⁰¹

Assisti a várias audiências de julgamento, tentando sempre estar presente em processos com matérias diferentes¹⁰². Cfr. Artigo 9º, nº1 e nº2 da Lei dos Julgados de Paz.

Nas audiências de julgamento quando comparadas com as dos tribunais judiciais verificam-se desde logo várias diferenças: O juiz de paz e os advogados não vestem toga e estão todos sentados na mesma mesa, ao mesmo nível.

¹⁰¹ Artigo 23º da LJP

¹⁰² Artigo 9º, nº 1 e nº 2 da LJP

O juiz de paz ao longo de toda a sessão de julgamento apela sempre à conciliação, mas na prática é interessante verificar o método de cada um dos juízes para chegar à mesma.¹⁰³

O juiz de paz pode, se as partes assim acordarem e desde que o valor da acção não exceda metade do valor da alçada do julgado de paz, decidir segundo juízos de equidade. Quer isto significar que o juiz de paz não está sujeito a critérios de legalidade estrita.¹⁰⁴ Para tal, o juiz deve antes de mais explicar às partes o significado e alcance de juízo de equidade e a diferentes deste com o critério da legalidade estrita. E será nesta base que as partes decidem a forma de resolução da causa.¹⁰⁵

Numa das várias audiências de julgamento em que estive presente um detalhe curioso, quando comparando com o que sucede nos tribunais judiciais, que presenciei foi por exemplo a confrontação de testemunhas. No Julgados de Paz a confrontação de testemunhas não requer nenhuma diligência adicional, o juiz manda entrar as testemunhas que aguardam na sala e confronta-as diretamente. No processo civil em tribunal judicial é necessário requerer a acareação de testemunhas.¹⁰⁶

8.5 O papel do Advogado nos Julgados de Paz

Durante o presente estágio uma das várias questões curiosas que se destacou foi o facto de neste tribunal não existir a obrigatoriedade de constituição de advogado.

¹⁰³ Artigo 26º nº 1 da LJP

¹⁰⁴ Artigo 26º nº 2 da LJP

¹⁰⁵ Artigo 26º nº 3 da LJP.

¹⁰⁶ Artigos 523º e ss. do CPC – A acareação de testemunhas consiste no procedimento onde acusados, ofendidos e testemunhas já ouvidos são colocados face a face para esclarecer divergências encontradas nas suas declarações.

Esta foi uma problemática que abordei numa das várias conversas que tive com o Dr. João Chumbinho e que, não poderei deixar de fazer aqui uma breve análise.

Actualmente, mesmo depois de ter havido uma alteração à Lei dos Julgados de Paz e de ter sido alargada a competência dos mesmos, para acções cujo valor podem ir até € 15.000,00, continua a não ser obrigatório constituir advogado pelas partes, independentemente do valor da acção¹⁰⁷.

Esta opção legislativa encontra justificação assente no princípio da justiça de proximidade, pelo que as partes não são obrigadas à constituição de advogado, salvas as devidas excepções previstas na lei.

Tendo em conta que os Julgados de Paz são tribunais, tal como consagra a nossa Constituição¹⁰⁸, não se compreende que aqui não seja obrigatório constituir mandatário, contrariamente aos tribunais judiciais de 1ª instância cujo valor de alçada atinge os € 5.000,00 e onde essa obrigatoriedade está patente.¹⁰⁹

As únicas excepções em que as partes estão vinculadas à constituição de advogado são¹¹⁰:

- a) Quando a parte seja analfabeta, desconhecadora da língua portuguesa;
- b) Quando a parte se encontre numa posição de manifesta inferioridade, devendo aqui o juiz nomear-lhe um advogado;
- c) Quando tenha lugar a fase de recurso.

O Dr. João Chumbinho no seu manual coloca a seguinte questão, se numa determinada situação uma das partes estiver acompanhada por advogado e outra não, poderá decorrer desta situação um desequilíbrio para a

¹⁰⁷ Artigo 38º nº1 da LJP

¹⁰⁸ Artigo 209 da CRP

¹⁰⁹ Artigo 40º nº1 alínea b) e artigo 629 nº 2 do CPC.

¹¹⁰ Artigo 38º da LJP

parte não assistida por advogado? O Dr. João Chumbinho defende que sempre que isso se verificar o juiz está vinculado a nomear-lhe um advogado.

No entanto, daquilo que observei durante o estágio em situações deste género, nunca considerei que a parte não assistida estivesse em desvantagem, comparativamente à outra acompanhada por advogado.

Coloca-se ainda a questão de saber se a alteração à Lei dos Julgados de Paz vinculasse os cidadãos que procuram os Julgados de Paz à constituição de Advogado, não iria contrariar o princípio basilar da acessibilidade – lembremos que muitos cidadãos procuram este tribunal atendendo aos baixos custos da taxa de justiça.

Saliento ainda a incompatibilidade ou impedimento do exercício da advocacia para os Juízes de Paz¹¹¹, para os Mediadores de Conflitos, junto dos Julgados de Paz onde prestem serviço não poderão advogar.¹¹²

Para os Técnicos de Atendimento não existe uma regra expressa na lei quanto à incompatibilidade/impedimento do exercício da advocacia, porém de acordo com o parecer do Ministério da Justiça, deverá aplicar-se o critério da analogia *“se os Juízes de Paz e os mediadores não podem advogar (os últimos nos respectivos Julgados de Paz), os Técnicos de Atendimento não o poderiam igualmente”*¹¹³

¹¹¹ Artigos 21º e 27 da LJP

¹¹² Artigo 30º nº 3 da LJP

¹¹³ Parecer do Conselho do Conselho Superior da Ordem dos Advogados sobre Informação nº 217/DPJP/DSRAL do Ministério da Justiça. Deliberação do Conselho de acompanhamento dos Julgados de Paz sobre o exercício da advocacia por técnicos de atendimento dos Julgados de Paz

Estatística

ESTATÍSTICA MENSAL – GLOBAL

DEZEMBRO DE 2005

| Julgado de Paz | Data de instalação | Processos distribuídos | Processos findos por Mediação até ao final do mês | | Processos findos até ao final do mês | | Recursos | Duração média dias |
|--|--------------------|------------------------|---|-------------|--------------------------------------|-------------|----------|--------------------|
| | | Total | Total | Percentagem | Total | Percentagem | Total | |
| Lisboa | 21-01-2002 | 1300 | 286 | 22,00% | 1175 | 90,38% | 18 | 58 dias |
| Seixal | 01-02-2002 | 856 | 132 | 15,42% | 813 | 94,98% | 06 | 53 dias |
| Oliveira do Bairro | 22-01-2002 | 359 | 109 | 30,36% | 350 | 97,49% | 02 | 29 dias |
| Vila Nova de Gaia | 28-02-2002 | 2085 | 730 | 35,01% | 1748 | 83,84% | 16 | 59 dias |
| Terras de Bouro | 01-03-2004 | 116 | 65 | 53,03% | 113 | 97,41% | ----- | 36 dias |
| Vila Nova de Poiares | 01-03-2004 | 33 | 04 | 12,12% | 32 | 96,97% | ----- | 44 dias |
| Miranda do Corvo | 01-03-2004 | 105 | 43 | 40,95% | 94 | 89,52% | 01 | 37 dias |
| Tarouca (Agrupamento) | 01-03-2004 | 168 | 39 | 23,21% | 153 | 91,07% | 03 | 48 dias |
| Santa Marta de Penaguião (Agrupamento) | 01-03-2004 | 252 | 61 | 24,21% | 230 | 91,27% | 08 | 55 dias |
| Cantanhede (Agrupamento) | 05-04-2004 | 429 | 102 | 23,78% | 359 | 83,68% | 02 | 58 dias |
| Porto | 15-04-2004 | 1338 | 289 | 21,60% | 969 | 72,42% | 13 | 78 dias |
| Aguaiar da Beira (Agrupamento) | 17-05-2004 | 66 | 29 | 43,94% | 55 | 83,33% | 01 | 30 dias |

ESTATÍSTICA MENSAL – GLOBAL

DEZEMBRO DE 2007

| Julgado de Paz | Data de instalação | Processos distribuídos | Processos findos por Mediação até ao final do mês | | Processos findos até ao final do mês | | Recursos | Duração média dias |
|--|--------------------|------------------------|---|-------------|--------------------------------------|-------------|----------|--------------------|
| | | Total | Total | Percentagem | Total | Percentagem | Total | |
| Lisboa | 21-01-2002 | 3015 | 602 | 19,97% | 2768 | 91,81% | 42 | 58 dias |
| Seixal | 01-02-2002 | 1732 | 263 | 15,18% | 1657 | 95,67% | 14 | 50 dias |
| Oliveira do Bairro | 22-01-2002 | 751 | 177 | 23,57% | 662 | 88,15% | 06 | 40 dias |
| Vila Nova de Gaia | 27-02-2002 | 4088 | 1239 | 30,31% | 3668 | 89,73% | 29 | 70 dias |
| Terras de Bouro | 01-03-2004 | 208 | 98 | 47,12% | 199 | 95,67% | 0 | 38 dias |
| Vila Nova de Poiares | 01-03-2004 | 99 | 17 | 17,17% | 96 | 96,97% | 0 | 39 dias |
| Miranda do Corvo | 01-03-2004 | 260 | 99 | 38,08% | 250 | 96,15% | 01 | 36 dias |
| Tarouca (Agrupamento) | 08-03-2004 | 423 | 84 | 19,86% | 383 | 90,54% | 16 | 61 dias |
| Santa Marta de Penaguião (Agrupamento) | 22-03-2004 | 698 | 120 | 17,19% | 656 | 93,98% | 12 | 46 dias |
| Cantanhede (Agrupamento) | 05-04-2004 | 1020 | 280 | 27,45% | 973 | 95,39% | 06 | 78 dias |
| Porto | 15-04-2004 | 3571 | 661 | 18,51% | 2843 | 79,91% | 39 | 223 dias |
| Aguaiar da Beira (Agrupamento) | 17-05-2004 | 149 | 56 | 37,58% | 141 | 94,63% | 01 | 29 dias |
| Trofa | 07-03-2006 | 133 | 38 | 28,57% | 112 | 84,21% | 0 | 47 dias |
| Sintra | 15-03-2006 | 1439 | 523 | 36,34% | 1072 | 74,50% | 03 | 120 dias |
| Coimbra | 28-03-2006 | 305 | 81 | 26,56% | 272 | 89,18% | 01 | 53 dias |
| Santa Maria da Feira | 28-11-2006 | 315 | 79 | 25,08% | 243 | 77,14% | 03 | 67 dias |

Estatística Mensal Global - Dezembro 2014

| Julgados de Paz | Data de Instalação | Distribuídos | Findos por Mediação | | Findos | | Recursos |
|---|--------------------|--------------|---------------------|--------|--------|--------|----------|
| | | Total | Total | % | Total | % | Total |
| Lisboa | 21-01-2002 | 12218 | 2245 | 18,37% | 11572 | 94,71% | 177 |
| Oliveira do Bairro (Agrupamento) | 22-01-2002 | 2114 | 435 | 20,58% | 1984 | 93,85% | 18 |
| Seixal | 01-02-2002 | 6289 | 917 | 14,58% | 6018 | 95,69% | 30 |
| Vila Nova de Gaia | 27-02-2002 | 9445 | 2703 | 28,62% | 8662 | 91,71% | 43 |
| Miranda do Corvo | 01-03-2004 | 988 | 318 | 32,19% | 966 | 97,77% | 4 |
| Terras de Bouro | 01-03-2004 | 614 | 239 | 38,93% | 602 | 98,05% | 2 |
| Vila Nova de Poiares | 01-03-2004 | 728 | 99 | 13,60% | 699 | 96,02% | 4 |
| Tarouca (Agrupamento) | 08-03-2004 | 1808 | 399 | 22,07% | 1754 | 97,01% | 53 |
| Santa Marta de Penaguião (Agrupamento) | 22-03-2004 | 2880 | 343 | 11,91% | 2792 | 96,94% | 39 |
| Cantanhede (Agrupamento) | 05-04-2004 | 4277 | 1176 | 27,50% | 4120 | 96,33% | 26 |
| Porto | 15-04-2004 | 10718 | 1952 | 18,21% | 9965 | 92,97% | 102 |
| Aguiar da Beira / Trancoso / Vila Nova de Paiva | 17-05-2004 | 1116 | 271 | 24,28% | 1089 | 97,58% | 7 |
| Trofa | 07-03-2006 | 1512 | 150 | 9,92% | 1479 | 97,82% | 13 |
| Sintra | 15-03-2006 | 8950 | 1912 | 21,36% | 8570 | 95,75% | 23 |
| Coimbra | 28-03-2006 | 2585 | 594 | 22,98% | 2416 | 93,46% | 19 |
| Santa Maria da Feira | 28-11-2006 | 2094 | 493 | 23,54% | 1979 | 94,51% | 22 |
| Odivelas | 26-07-2008 | 2150 | 405 | 18,84% | 2071 | 96,33% | 2 |
| Palmela / Setúbal | 01-08-2008 | 3004 | 551 | 18,34% | 2808 | 93,48% | 14 |
| Aljustrel / Castro Verde | 11-12-2008 | 995 | 152 | 15,28% | 928 | 93,27% | 3 |
| Proença-a-Nova / Sertão / Vila de Rei | 03-04-2009 | 1168 | 284 | 24,32% | 1115 | 95,46% | 6 |
| Óbidos | 21-04-2009 | 1211 | 337 | 27,83% | 1094 | 90,34% | 2 |
| Carregal do Sal | 06-08-2009 | 772 | 150 | 19,43% | 730 | 94,56% | 5 |
| Funchal | 22-12-2009 | 2751 | 783 | 28,46% | 2547 | 92,58% | 27 |
| Belmonte | 13-09-2010 | 681 | 126 | 18,50% | 642 | 94,27% | 4 |
| Cascais | 25-11-2010 | 1396 | 387 | 27,72% | 1300 | 93,12% | 18 |

Fonte: site do Conselho Geral dos Julgados de Paz

Os Julgados de Paz foram implementados em 2002 em Portugal, tendo apenas surgido nesse momento 4 Julgados de Paz: em Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia.

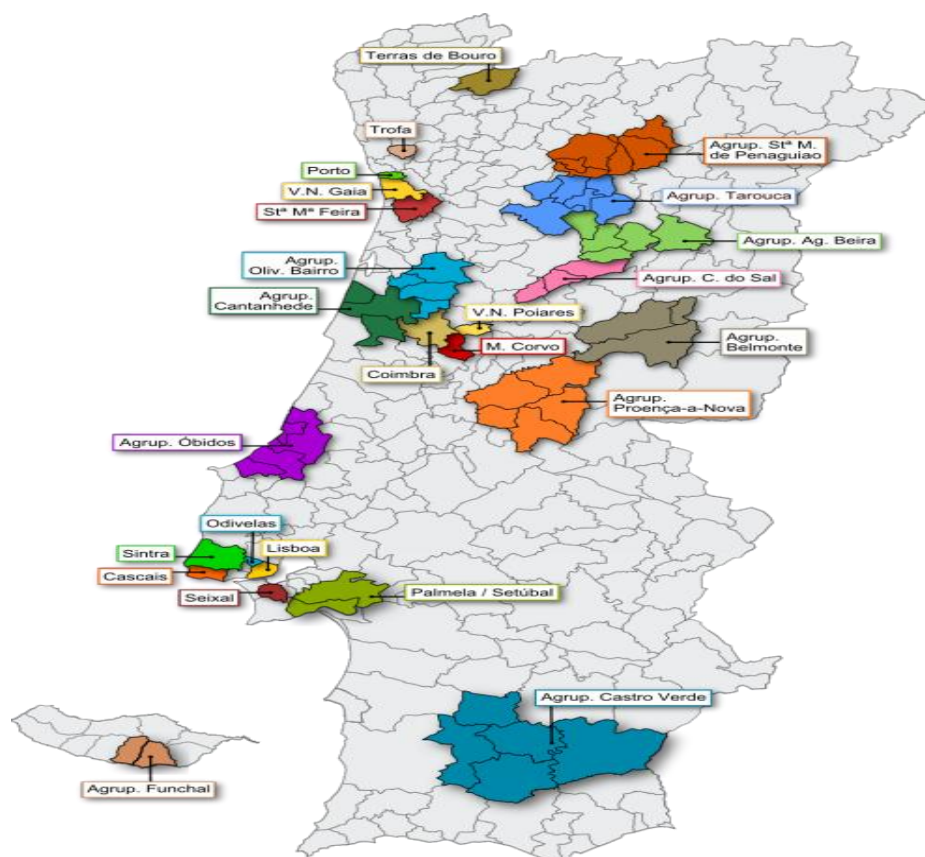
Selecionei os quadros acima, todos correspondentes ao mesmo mês, Dezembro – por se tratar do mês de fecho do ano. Escolhi anos diferentes, 2005, 2007 e 2014 para melhor se perceber a evolução e crescimento destes tribunais.

Como decorre dos quadros supra apresentados, podemos verificar que a finalidade inerente à criação dos Julgados de Paz: combater a morosidade dos processos dos tribunais judiciais, está mais que comprovada, cuja procura aumentou significativamente no ano de 2014, aquando da alteração e alargamento das competências dos Julgados de Paz para conhecer acções com valor até € 15.000,00.

No geral, o tempo médio de resolução de conflitos alcança os 60 dias.

Quando comparando dados, o número de processos distribuídos em Lisboa, no mês de Dezembro, no ano de 2007 e o número de processos distribuídos em 2014 no mesmo Julgado, verificamos que existe um quadruplicar de proposituras de acções – devendo-se este aumento também ao alargamento de competência dos Julgados de Paz e igualmente ao maior conhecimento que os cidadãos começam a ter da existência deste tribunal.

Actualmente, os Julgados de Paz encontram-se distribuídos em Portugal de uma forma desigual e sem critério aparente, no entanto e, após a análise dos quadros acima referenciados e daquilo que retiro da minha experiência no Julgado de Paz de Lisboa, julgo que os cidadãos lograriam muito mais se a implementação de Julgados de Paz fosse organizada numa escala maior e uniformizada, repartida por todas as zonas do país. Existem regiões onde não existe nenhuma implementação deste tribunal, nomeadamente Alto Alentejo, Algarve, Açores.



Fonte: site do Conselho dos Julgados de Paz.

III- Da Competência dos Julgados de Paz – Competência Exclusiva ou Alternativa?

Tendo em conta o enquadramento da competência dos Julgados de Paz, é obrigatório debruçarmo-nos sobre os artigos 6º e seguintes da LJP.

Como já foi referido anteriormente ao longo deste relatório, os Julgados de Paz têm a competência delimitada de acordo com vários critérios estipulados pela lei.

Por um lado, de acordo com o consagrado no artigo 6º da LJP, a competência dos Julgados de Paz em razão do objecto está circunscrita a acções cíveis declarativas. A lei determina expressamente ser “exclusiva” a competência do Julgado de Paz em razão do objecto, na medida em que não pode conhecer outro tipo de acções, que não seja acção cível declarativa, sendo-lhe vedado o procedimento executivo¹¹⁴.

Sendo que, neste âmbito toda e qualquer acção que ali dê entrada, extravase esta esfera determina a incompetência do Julgado de Paz, tendo o processo que ser remetido para o tribunal judicial competente¹¹⁵.

Por outro lado, antes da Lei dos Julgados de Paz ter sido alterada em 2013, os Julgados de Paz, apenas podiam conhecer acções com um valor até € 5.000,00. No entanto, e, após essa reforma, os Julgados alargaram as suas competências, nomeadamente no que toca à competência em razão do valor, podendo conhecer acções que não ultrapassem os € 15.000,00¹¹⁶. Os valores da acção estão determinados pelos trâmites legais do artigo 296º e seguintes do CPC.

¹¹⁴ Artigo 151º, nº 1 da LOSJ

¹¹⁵ Artigo 7º da LJP

¹¹⁶ Artigo 8º da LJP

Quanto à competência material dos Julgados de Paz, a lei tipifica dentro das acções cíveis declarativas quais as que podem ser objecto de decisão dos Julgados. Deste modo, verificamos uma delimitação significativa no que diz respeito à competência para apreciar e decidir acções¹¹⁷.

Relativamente à competência dos Julgados de Paz em razão do território¹¹⁸, como já expliquei anteriormente, a competência territorial está dependente de determinados factores, nomeadamente: a) o foro da situação dos bens; b) local de cumprimento da obrigação; c) regime regra: no julgado de paz da circunscrição do domicílio do demandado d) domicílio do demandante, quando o demandado for incerto ou não tiver domicílio habitual; e) domicílio do demandado quando este for uma pessoa coletiva.

No entanto, sempre que territorialmente não existam Julgados de Paz competentes, as acções terão de ser propostas nos tribunais judiciais¹¹⁹.

De uma forma sintética e tal como supra referido, a competência dos Julgados de Paz pode ser observada de quatro perspetivas ainda que intrinsecamente conectadas entre si:

- a) Em razão do objecto¹²⁰
- b) Em razão do valor¹²¹;
- c) Em razão da matéria¹²²;
- d) Em razão do território¹²³.

Contudo, a competência material dos Julgados de Paz tem levantado uma polémica questão: A Competência dos Julgados de Paz é Exclusiva ou Alternativa?

A resposta a esta questão tem maior complexidade do que aparenta à

¹¹⁷ Artigo 9º da LJP

¹¹⁸ Artigos 10º e seguintes da LJP;

¹¹⁹ Artigos 70º, nºs 1 e 3, 71, 80 e 81 do CPC;

¹²⁰ Artigo 6º da LJP;

¹²¹ Artigo 8º da LJP;

¹²² Artigo 9º da LJP;

¹²³ Artigo 10 e seguintes da LJP;

primeira vista. É, efetivamente, uma temática polémica e que tem levantado variadas questões desde o início da publicação da Lei dos Julgados de Paz que coloca a dúvida de se saber se a competência dos Julgados de Paz é obrigatória, ou seja se o autor é obrigado a propôr acção no Julgado de Paz, desde que este exista no concelho e tenha competência na matéria¹²⁴. Posto isto, propus-me analisá-la.

Primeiramente, atendendo ao vasto leque de posições doutrinárias e jurisprudenciais divergentes, debruçar-me-ei sobre as mesmas.

DOCTRINA:

Por um lado, de acordo com o Juiz de Paz, João Chumbinho, os Julgados de Paz têm competência exclusiva nos municípios ou freguesias onde estejam instalados, desde que sejam igualmente competentes em razão do valor e em razão da matéria¹²⁵.

Nos Julgados de Paz aplica-se subsidiariamente o regime de processo civil, quando expressamente não se encontre prevista determinada situação na Lei dos Julgados de Paz.

De acordo, com o Juiz de Paz, Dr. Joel Timóteo Pereira, a competência dos Julgados de Paz pode dividir-se em duas opções, em função dos seguintes critérios - “enquadramento orgânico e tramitação”. Joel Timóteo Pereira fala em “competência semi-exclusiva” dos Julgados de Paz:

Assim:

- a) Do Enquadramento Orgânico - Joel Timóteo Pereira defende que os Julgados de Paz equiparam-se a tribunais judiciais, considerados

¹²⁴ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 318

¹²⁵ CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007

tribunais de competência exclusiva, quando e desde que se considerem integrados no sistema judiciário. Quer isto dizer que os Julgados de Paz são tribunais com competência exclusiva para se debruçar sobre determinadas matérias.

- b) Da tramitação - Joel Timóteo Pereira defende ainda a ideia de que os Julgados de Paz são considerados tribunais com competência alternativa na medida em que são considerados uma forma de “resolução alternativa de litígios”, por disporem desse tipo de meio para resolução do conflito – mediação e conciliação, não devendo ser por isso, equiparados aos tribunais judiciais, mas sim aos tribunais arbitrais, tendo por isso mesmo uma tramitação orgânica diferente dos tribunais judiciais.

Não obstante, o Juiz de Paz Joel Timóteo salienta que “com a crescente necessidade de racionalizar os recursos (...) seria preferível afectar aos Julgados de Paz uma competência exclusiva num conjunto restrito de matérias, libertando os tribunais judiciais da respetiva tramitação, conferindo e reconhecendo os Julgados de Paz como verdadeira categoria de tribunais e não simples estruturas de RAL”

Apesar de apresentar esta dualidade de perspectivas opostas, Joel Timóteo Pereira considera que, a competência material fixada no artigo 9º da LJP é exclusiva aquando da instauração da acção, sendo obrigatória a proposição nos julgados de paz, uma vez que a parte não tem a faculdade de escolher entre a instauração de Julgado de Paz ou Tribunal Judicial¹²⁶. Refere e exemplifica ainda que, se porventura, uma acção descrita no artigo. 9º for instaurada no Tribunal Judicial de Primeira Instância, ocorrerá violação do artigo. 211º da Constituição e artigo. 66º do CPC. “São da competência dos tribunais judiciais as causas que não sejam atribuídas a outra ordem judicial” - cfr. art 66 do CPC.

¹²⁶ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, Julgados de Paz, Organização, Trâmites e Formulário, pág. 56 e segs.

Cardona Ferreira, Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, defende a exclusividade da competência material dos Julgados de Paz, considerando que o artigo 9º da LJP, tipifica a exclusiva competência deste tribunal¹²⁷. Acrescente ainda que, a competência dos Julgados de Paz é vinculativa, sendo que onde houver estes tribunais, as acções devem ser aí propostas e não nos tribunais comuns.¹²⁸ A competência material fixada no artigo 9º é exclusiva, atendendo ao facto de que a propositura da acção está determinada na lei e não na escolha do demandante¹²⁹ entre os Julgados de Paz ou Tribunais Comuns, caso contrário ocorre a violação dos artigos 211º da CRP e 66º do CPC, se a acção for proposta no tribunal de 1ª instância¹³⁰.

Esta polémica questão divide opiniões e levanta questões – Se por um lado, não existe obrigatoriedade de constituição de mandatário, as partes são livres para escolher entre propôr a acção nos Julgados de Paz ou num Tribunal Judicial, sendo que deste ponto de vista, os Julgados de Paz são uma alternativa entre as várias existentes; Ou, por outro lado, se existe obrigatoriedade do autor propor a acção nos Julgados de Paz quando exista no concelho¹³¹ e tenha competência material para dessa causa apreciar?¹³²

¹²⁷ FERREIRA, J.O.Cardona, Julgados e Paz, Organização, Competência E Funcionamento, pág. 29

¹²⁸ FERREIRA, J.O.Cardona, Julgados de Paz – Cidadania e Justiça – Do passados, pelo presente, para o futuro, no Boletim da OA, nº 23, pág. 42-46;

¹²⁹ PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005.

¹³⁰ COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003.

¹³¹ FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005. Pág. 46

¹³² GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014.pág. 318

A Professora Mariana França Gouveia partilha da opinião de a competência dos Julgados de Paz ir no sentido da exclusividade, ainda que supletivamente – as partes poderão optar expressa ou tacitamente por uma jurisdição judicial ou arbitral.¹³³

Mariana França Gouveia considera que esta discussão doutrinário-jurisprudencial estará longe de ser pacífica, porém existem três hipóteses de resolver esta questão, considerando a competência:¹³⁴

- 1) Exclusiva;
- 2) Alternativa – à escolha do demandante;
- 3) Alternativa consensual – apenas por escolha do demandante e do demandado.

França Gouveia alega que, os argumentos em disputa são vários e de mais diversa índole, no entanto, pela importância, destaca três¹³⁵:

- a) Modo de interpretação das regras legais de competência - é possível encontrar dois acórdãos [Ac. de Uniformização de Jurisprudência do STJ e Ac. de 12 de Julho de 2007 do Tribunal da Relação de Lisboa] em que se interpretam em sentido contrário as mesmas normas legais¹³⁶ e em que o segundo contraria o primeiro em todos os argumentos;

No entanto, a Professora Mariana França Gouveia considera que os textos normativos não oferecem dúvidas sobre a competência exclusiva dos Julgados de Paz, de acordo e para o previsto nos artigos

¹³³ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 326

¹³⁴ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 320

¹³⁵ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Págs. 320 – 326

¹³⁶ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014, Pág. 320-321

18º da LOFTJ e 8º e seguintes da LJP, que conferem competência residual aos tribunais comuns.¹³⁷

- b) Quando a interpretação das normas legais da competência dos Julgados de Paz vai no sentido da alternatividade assente no argumento que ao autor/demandante é facultada a possibilidade de instaurar a acção no Julgado de paz ou no Tribunal Judicial, estamos perante uma violação do princípio da igualdade, logo inconstitucionalidade.

Com efeito, de acordo com o Ac. da Relação do Porto de 23/06/2009, viola-se o princípio da igualdade no acesso à justiça – “na medida em que coloca apenas nas mãos do autor/demandante a opção de recorrer ao Tribunal Comum ou ao Julgado de Paz, como lhe aprouver, ficando o réu/demandado, sem alternativa nenhuma, “mesmo quando entenda, quando demandado em julgado de paz, que o tribunal é que lhe oferecia as garantias de defesa de que carecia – e a regra do processo equitativo – que impõe o equilíbrio entre as partes ao longo de todo o processo, na perspectiva dos meios processuais de que dispõem para apresentar e fazer vingar as respectivas teses e que exige a identidade de faculdades e meios de defesa processuais.”¹³⁸

- c) Modo de interpretação de regras de conexão dos Julgados de Paz com a Jurisdição Comum - as disposições dos artigos 41º e 59º, nº 3 que remetem os processos dos julgados de paz para os Tribunais Judiciais quando seja suscitado um incidente processual ou tenha sido requerida prova pericial, revelam que a competência dos Julgados de Paz é exclusiva no momento da instauração da acção e deixa de o ser quando ocorra uma daquelas situações.

A associação de Advogados em Prática Isolada defende que, a competência dos Julgados de Paz vai no sentido da alternatividade, atendendo

¹³⁷ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 320 remete para Mariana França Gouveia, Prefácio, in Lúcia Dias Vargas, Julgados de Paz e Mediação, 2006, pág. 6

¹³⁸ Ac. Tribunal da Relação do Porto de 23/06/2009, disponível em www.dgsi.pt

ao facto de serem os próprios cidadãos a optar pelo tribunal onde colocam a ação.¹³⁹

E no mesmo sentido vai o conteúdo do Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República de 21/04/2005, nos seguintes termos: “o CPC ou a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais não fornecem qualquer elemento hermenêutico” nesse sentido, tendo que para tal ter que existir obrigatoriamente uma alteração da letra da lei para se retirar interpretação de exclusividade.

O Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República n.º 10/2005 de 15 de Agosto de 2005 vai no sentido de existir concorrência de competências entre os Julgados de Paz e os Tribunais Judiciais.

Concluindo sinteticamente sobre a posição da doutrina sobre a questão da competência material dos Julgados de Paz, na sua maioria e de forma generalizada, os autores que se pronunciaram sobre esta matéria nomeadamente Cardona Ferreira, “Meios Alternativos”, *Scientia Jurídica*, Tomo LI, 2002, nº 293; João Chumbinho, “Julgados de Paz na Prática Processual Civil”, Quid Juris, Lisboa, 2007; Galhardo Coelho, “Julgados de Paz e Mediação de Conflitos”, Lisboa, 2003; Ana Costa e Marta Pimpão, “Julgados de Paz e Análise do Regime Jurídico, Julgados de Paz e Mediação, Um Novo Conceito de Justiça”, Lisboa, 2002; Joel Timóteo Pereira, “Julgados de Paz, Organização, Trâmites e Formulários”, Lisboa, 2005; Elizabeth Fernandes, “Um Juiz de Paz para a Paz dos Juízes?” *Cadernos de Direito Privado*, nº 15, Setembro de 2006; Lúcia Vargas, “Julgados de Paz e Mediação, Uma Nova Face da Justiça”, Coimbra, 2006; e Mariana França Gouveia, “Regime Processual Experimental Anotado”, Coimbra, 2006 têm considerado ser

¹³⁹ Fonte: Site da Ordem dos Advogados: www.oa.pt/conteudo/artigos, acedido em Janeiro de 2015.

exclusiva a referida competência dos julgados de paz para conhecer das acções a que se reporta o artigo 9º da Lei dos Julgados de Paz¹⁴⁰.

Por outro lado existe uma minoria, designadamente Filipe Lobo D 'Ávila, “Os Mecanismos de Resolução Alternativa de Litígios à Entrada do Ano de 2007”, *Scientia Jurídica*, Tomo IV, 2006; Amadeu Moraes, “ Julgados de Paz, Uma Ideia Boa, Uma Oportunidade Perdida?”, *Jornal Primeiro de Janeiro*, Edição de 15 de Novembro de 2004; Salvador da Costa, “A Injunção e as Conexas Acção e Execução”, Coimbra, 2005; e o Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, Parecer nº 10/2005, de 21 de Abril, *Diário da República*, nº 51, II Série, de 2 de Setembro de 2005 têm entendido no sentido de ser alternativa a referida competência dos Julgados de Paz¹⁴¹.

¹⁴⁰ Ac. Do Supremo Tribunal de Justiça de 24/05/2007

¹⁴¹ Ac. Do Supremo Tribunal de Justiça de 24/05/2007

JURISPRUDÊNCIA:

Procederemos agora à análise generalizada de alguns acórdãos, atendendo ao facto de serem efectivamente bastantes as decisões que se pronunciaram relativamente à competência dos Julgados de Paz, no que respeita à “Alternatividade ou Exclusividade?”, reportar-me-ei às em exclusivo às decisões do Supremo Tribunal de Justiça e dos Tribunais da Relação de Lisboa e Porto.

Os argumentos que levam à contraposição e fundamentam as decisões são diversos: a) o modo de interpretação das normas legais de competência; b) considerar competência alternativa à escolha do demandante resulta numa violação do princípio da igualdade e consequente inconstitucionalidade¹⁴²; c) modo de interpretação e conjugação das normas legais do regime dos Julgados de Paz em consonância com o regime de jurisdição comum; d) elemento teleológico que fundamenta a criação dos Julgados de Paz.

No que respeita à competência exclusiva, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 04/03/2004 salienta que, desde a instalação dos Julgados de Paz nas freguesias por eles abrangidos, estes são exclusivamente competentes para apreciar e decidir das competências materialmente atribuídas no artigo 9º nº 1 e nº 2.

Já o Acórdão de 18/05/2006 do Tribunal da Relação de Lisboa decide-se pela alternatividade.

Por outro lado, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça datado de 03/10/2006, sobre a competência dos Julgados de Paz, considerou os Julgados de Paz como tribunais de pequena instância, salvaguardando que “*A criação dos Julgados de Paz não teve por finalidade pôr à disposição dos*

¹⁴² GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 320

cidadãos a possibilidade de, em alternativa, recorrerem àqueles ou aos Tribunais de Pequena Instância Cível, conforme bem entendessem, mas sim, a atribuição de competência material exclusiva aos Julgados de Paz”.

Este acórdão defende ainda que, a criação dos Julgados de Paz visou a atribuição aos mesmos de competência material exclusiva, além de não ser conveniente aos cidadãos o inverso face *“às nossas dificuldades económicas e ao excesso de processos nos tribunais comuns e até poder levar à sua inutilidade”.*

No sentido da alternatividade ou concorrência com os Tribunais de Primeira Instância vai a pronúncia do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23/01/2007 que entendeu que a competência em causa não pode ser considerada exclusiva, decisão tirada com unanimidade retirando desde logo a ideia de que a exclusividade de competência dos Julgados de Paz ganhava terreno. Este acórdão determina que a competência dos Julgados de Paz é meramente optativa, considerando que são tribunais extra-judiciais e que a *“fraquíssima cobertura territorial dos julgados de paz, volvidos já cinco anos (apenas 16 julgados de paz instalados, quatro dos quais, segundo se noticiou, a funcionar menos bem...), vai também no sentido de esta forma de justiça alternativa se encontrar numa fase experimental”.*

Com efeito, por seu turno, este Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça vai no sentido contrário ao anterior, ou seja, que a competência em razão da matéria para conhecer acções a que se reporta o artigo 9º da Lei dos Julgados de Paz é meramente alternativa motivado, por um lado, na legislação precedente que não vingou, nos trabalhos preparatórios da lei, na circunstância de se tratar de tribunais não judiciais, de ser fraca a sua cobertura territorial, de a lei não expressar a sua competência exclusiva nas referidas matérias e de visarem a participação dos interessados na composição dos seus litígios.

Por outro lado, considerou-se não fazer sentido considerar o tribunal judicial incompetente em razão da matéria e, depois, considerá-lo competente pelo mero efeito de incidente processual, de requerimento de prova pericial.

Por último, este acórdão não releva na análise o disposto no artigo 66º do CPC e considerou *ser de duvidosa conformidade constitucional a interpretação da lei no sentido da exclusividade, por limitar o acesso aos tribunais judiciais, paradigma de órgão de soberania*¹⁴³.

O Supremo Tribunal de Justiça no Acórdão de 25/01/2007 decidiu no mesmo sentido do primeiro dos mencionados acórdãos, ou seja, na competência exclusiva dos Julgados de Paz. Esta decisão foi baseada essencialmente no argumento de que do transitório artigo 67º da LJP se conclui que só há alternatividade no que concerne à mediação. Pelo que não resulta *daquela Lei a natureza experimental dos julgados de paz, não releva a especificidade da respectiva forma do processo, nem a transmutação para os tribunais da ordem judicial nos casos de dedução de incidentes ou de requerimento de produção de prova pericial*¹⁴⁴.

Desta divergência e interpretação polémica que remonta a 2001, resultou o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 24 de Maio de 2007 para que à sua luz se passasse a interpretar os trâmites legais da LJP relativos à competência material dos Julgados de Paz.

Aparentemente com o Acórdão Uniformizador de Jurisprudência, que decidiu no sentido da alternatividade, esta polémica ficaria resolvida, no entanto não foi isso que sucedeu.

Com efeito o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência, de 24 de Maio de 2007, veio consagrar que se deve interpretar que a competência dos Julgados de Paz de uma perspectiva alternativa na medida em que existe “natureza alternativa relativamente aos tribunais judiciais de competência territorial concorrente”.

¹⁴³ Ac. Supremo Tribunal de Justiça de 24 Maio de 2007

²⁸ Ac. Supremo Tribunal de Justiça de 24 Maio de 2007

Neste acórdão uniformizador de Jurisprudência, o Supremo Tribunal de Justiça, decidiu-se a favor da alternatividade, nos seguintes termos: “ No actual quadro jurídico, a competência material dos Julgados de Paz, para apreciar e decidir as acções previstas no Artigo 9º, n.º 1 da Lei n.º 78/2001 de 13 de Julho é alternativa relativamente aos tribunais judiciais de competência territorial concorrente”

A alternatividade defendida neste acórdão resulta da ideia de que o artigo 9º da Lei dos Julgados de Paz determina a competência jurisdicional material dos Julgados de Paz para conhecer acções declarativas, que de igual forma são da competência dos Tribunais Judiciais territorialmente competentes. Daqui resulta que o artigo 9º não atribui exclusividade aos julgados de Paz para conhecer as acções declarativas aí consagradas.

A pronúncia do acórdão uniformizador vai mais longe considerando que, como os Julgados de Paz não são tribunais judiciais, posicionam-se fora do patamar da organização judiciária portuguesa tal como ela resulta da Constituição e da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Posto isto, é neste sentido que deve ser entendido que entre os *“julgados de paz e os tribunais da ordem judicial da primeira instância não há qualquer relação de limitação de competência, porque o nexo é de paralelismo e de concorrência”*. Os Julgados de Paz integrando-se na categoria de tribunais de resolução de conflitos facultativa só poderão ser considerados órgãos jurisdicionais de resolução alternativa de litígios e, conseqüentemente *“não sucederam na competência dos tribunais da ordem judicial, nem são seus substitutos”*.

Os cidadãos podem accionar no que respeita às acções previstas no artigo 9º da Lei dos Julgados de Paz, nos Julgados de Paz ou nos Tribunais de 1ª instância, nomeadamente nos de competência genérica, nos juízos de competência especializada cível, nos juízos cíveis ou nos juízos de pequena instância cível, conforme os casos. O accionamento numa das referidas ordens de tribunais exclui a possibilidade de accionamento na outra, *“sem prejuízo da transmutação das acções dos julgados de paz para os tribunais da ordem judicial”*.

No entanto, este acórdão não foi tirado com unanimidade, tendo havido três votos contra o sentido da decisão.

A Conselheira Maria dos Prazeres Beleza [voto vencido] rebateu os argumentos da posição vencedora¹⁴⁵ alegando que a exclusividade é determinada pela escolha do autor no momento da propositura da acção nos Julgados de Paz, não podendo o demandado opor-se e recusar-se a que acção seja ali resolvida, preferindo os Tribunais Judiciais para conhecer o mesmo litígio. Pelo que estes autores defendem a exclusiva competência dos Julgados de Paz argumentando que é o início das acções que determina essa exclusividade.

O argumento defendido sobre a unilateralidade de escolha do autor, não foi abordado no Ac. Uniformizador. Deste modo, se os meios de resolução alternativa de litígios consagram procedimentos voluntários de adesão bilateral, ou seja, exige-se a adesão das duas partes, não faz sentido considerar os Julgados como meios de resolução alternativa quando simultaneamente é defendido que a escolha recai unicamente no autor. Neste sentido é difícil compreender a decisão do STJ¹⁴⁶.

Contudo, Miguel Teixeira Sousa veio rebater este argumento na medida em que considera que os Julgados de Paz apenas têm competência se houver concordância das duas partes (ainda que, expressa ou tácita). Vai mais longe, quando diz entender que o demandado pode opor-se à submissão do caso àquela jurisdição¹⁴⁷.

Mariana França Gouveia rebate este argumento quando defende que a lei consagra nos trâmites legais dos artigos 8º e seguintes uma competência não convencional. Com efeito, não é pelo facto do demandado não ter opção de escolha na jurisdição de resolução do litígio, que as suas garantias são

¹⁴⁵ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 319

¹⁴⁶ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 319

¹⁴⁷ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 319 remeter para Miguel Teixeira Sousa, A Competência dos Julgados de Paz: a Alternativa Consensual, 2008

afectadas. Pelo contrário, continua o litígio é de igual forma resolvido de forma imparcial, por um poder judicial público. Pelo que, este argumento da violação do princípio da igualdade deixa algumas reservas e interrogações¹⁴⁸.

Um mês e meio depois de ter sido proferida a decisão de uniformização do Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal da Relação de Lisboa profere uma decisão que vai em sentido contrário e ainda entende que a decisão do STJ é inconstitucional. – cfr acórdão de 12/07/2007 do Tribunal da Relação de Lisboa.

Em jeito de concluir este tema, apesar dos vários argumentos debatidos e defendidos, parece-me redutor o argumento da experimentalidade para cimentar o critério da alternatividade da competência dos Julgados de Paz.

Também o argumento trazido pelo Ministério Público de que a criação dos Julgados de Paz está assente na necessidade de aliviar a sobrecarga dos Tribunais Judiciais, parece ser frágil quando se alega que a propositura da acção está dependente da vontade das partes.

Com efeito, se o objectivo dos Julgados de Paz aquando da sua criação teve na mira efectivamente o alívio da sobrecarga de processos dos Tribunais Judiciais, a propositura não pode depender da vontade das partes, sendo que nesse sentido a competência material deveria ser fixada como exclusiva.

Por outro lado, é obrigatória a propositura da acção nos Julgados de Paz, não tendo o demandante o direito de escolher entre estes e os Tribunais Judiciais se, no momento da proposição, for da competência material dos Julgados de Paz nos termos do artigo 9º, e estiver instalado Julgado de Paz territorialmente competente nos termos dos artigos 10º a 14º.

No que concerne a uma síntese conclusiva sobre a posição dos tribunais superiores acerca da questão da competência material dos Julgados, podemos apurar que, as decisões da Relação revelam a mesma divergência que a

¹⁴⁸ GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014. Pág. 322

doutrina, sendo certo que, a Relação do Porto tem entendido, após a análise unanimemente, no sentido da exclusividade, ao invés da Relação de Lisboa, *onde se denota acentuada divisão de posições em termos de paridade.*

No Supremo Tribunal de Justiça, tendo apenas em conta os casos em que o tema do recurso era a questão em análise, temos três acórdãos, dois deles no sentido da competência exclusiva e o outro no sentido da competência alternativa¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Ac. Do Supremo Tribunal de Justiça de 24/05/2007

Conclusão

Em prol de alcançar uma Justiça mais rápida e necessitada de intervenção das partes, sem atropelar os valores básicos do ordenamento jurídico, criou-se em 2001 este modelo de tribunal que vai igualmente ao encontro da tentativa de aliviar os tribunais judiciais da sobrecarga de processos.

A introdução do instituto dos Julgados de Paz no ordenamento jurídico português teve como objetivo servir o cidadão, oferecendo-lhe assim uma forma de resolução litigiosa através de uma justiça de pacificação.

Durante o estágio de 3 meses no Julgado de Paz de Lisboa acompanhei e estudei a evolução deste tribunal¹⁵⁰ desde a sua implementação em 2001.

Em jeito de conclusão, deixo a reflexão sobre a importância deste novo modelo de tribunal que incita as partes ao diálogo, com vista ao alcance de um acordo de forma rápida e eficaz.

Na atualidade, a sociedade procura soluções cada vez mais rápidas e eficazes para os seus problemas e, é neste contexto que se verifica a crescente procura dos Julgados de Paz, tendo-se verificado um grande incremento de popularidade nas zonas com maior densidade populacional, como Lisboa e Porto.

Com o aumento de competências dos Julgados de Paz a partir de Setembro de 2014, aumentado o limite para conhecer acções com valor até € 15.000,00, verificou-se um verdadeiro “boom” no que respeita à entrada de acções, principalmente no Julgado de Paz de Lisboa, onde efectivamente deveria existir pelo menos mais um Juiz de Paz em actividade.

Este aumento exponencial levou a que, finalmente, houvesse um concurso público para acesso a Juiz de Paz, processo de recrutamento apenas concluído em 2016, mas que esperemos venha fortalecer o princípio da celeridade, pelo qual os Julgados de Paz são tão conhecidos, sob pena de os

¹⁵⁰ Artigo 209º, n.º 2 da CRP

Julgados de Paz virem a padecer dos problemas caracterizadores dos tribunais judiciais, onde a dilação temporal e pendências processuais são comuns.

Da minha perspectiva pessoal, profissional e académica, faço um balanço bastante positivo de toda a experiência no Julgado de Paz de Lisboa.

Sendo que os principais objetivos do estágio curricular foram largamente alcançados, verifico que houve um aprofundamento de conhecimentos especializados no que toca ao conhecimento de um regime processual alternativo, quando comparado com os tribunais comuns.

Com efeito, existiu um forte desenvolvimento da componente prática, que ofereceu uma visão distinta daquilo que é transmitido durante o curso.

Tendo então constatado através de toda a componente prática que este tipo de experiência comportou aquilo que teoricamente nos foi ensinado nas aulas da faculdade.

O estágio comportou a passagem pelas várias secções que compõem a organização e funcionamento daquele tribunal, tendo começado pela secretaria, onde dão entrada as acções para as quais o Tribunal tem competência, bem como contestações; no apoio administrativo realizei um pouco de todo o trabalho que os técnicos ali desenvolvem, nomeadamente citações, notificações de sessão de pré-mediação, de contestações, de julgamentos, elaboração de despachos finais; assisti a sessões de pré-mediação e mediação e finalmente a audiências de julgamento – de onde retiro uma experiência não só científica, académica e jurídica enriquecedora, como também humanamente estimulante e gratificante.

Posto isto, concluo que, para um estudante este tipo de experiência prática concebe um enorme contributo formativo, sendo de louvar e de fomentar este género de iniciativas no mundo académico, independentemente da área/curso.

Por outro lado, tentei problematizar e espelhar um pouco da polémica questão da competência material dos Julgados de Paz, se exclusiva, se concorrente com os Tribunais Judiciais.

Não tem sido uniforme o entendimento quanto a esta questão da exclusividade ou alternatividade da competência dos Julgados de Paz, tanto do ponto de vista doutrinal como jurisprudencial.

Como exemplo claro desta divergência, verificamos a existência nos Tribunais da Relação, de Lisboa e Porto acórdãos com decisões num e noutro sentido. O mesmo sucede no Supremo Tribunal de Justiça, onde a questão também não tem sido pacífica, apesar do Acórdão Uniformizador de Jurisprudência ir no sentido da alternatividade.

Não obstante do Acórdão Uniformizador ir no sentido da alternatividade, a doutrina, tem vindo a pronunciar-se, de forma generalizada, no sentido da competência exclusiva dos Julgados de Paz, assim como também a jurisprudência se tem pronunciado de forma maioritária no sentido da competência exclusiva dos Julgados de Paz. Apesar desta unanimidade jurisprudencial se reportar ao momento em que a acção é proposta, assente no argumento da possibilidade de remissão do processo em casos de incidentes e de prova pericial e possibilidade de recurso para a 1ª instância leva a que as circunstâncias acima referidas façam cessar a competência exclusiva.

Contudo, tal como Cardona Ferreira refere, também na minha óptica defendo que, há que atender à ratio legis quando olhamos à competência material dos Julgados: se os Julgados de Paz tendem a servir a cidadania, a melhor forma de o conseguir passa por aliviar a excessiva sobrecarga dos Tribunais Judiciais, oferecendo uma justiça mais próxima, simplificada, célere e assente no princípio da participação cívica dos interessados.

Sendo certo que, para o efeito, são necessárias medidas de implementação e divulgação dos Julgados de Paz, bem como dimensões de competência exclusiva e não concorrência, onde houver Julgados de Paz.

Por outro lado, aquilo que defendo vai ao encontro dos argumentos defendidos no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa datado de 12/07/2007, que contraria o decidido no Acórdão Uniformizador do STJ.

Assim, entendo que, se a competência dos Julgados de Paz fosse meramente facultativa, o legislador teria prevenido expressamente na lei a não

obrigatoriedade de recorrer a estes tribunais. Com efeito, o legislador criou uma norma transitória onde determinou que as ações pendentes à data da criação e instalação dos Julgados de Paz prosseguissem os seus termos nos tribunais onde foram propostas. A criação desta norma não faria qualquer sentido se efectivamente a competência dos Tribunais Judiciais se sobrepusesse à dos Julgados de Paz, atribuindo a estes um carácter de jurisdição optativo.

Finalmente, a decisão do Acórdão Uniformizador que vai no sentido da competência alternativa dos Julgados de Paz assente no argumento de que a obrigatoriedade de recorrer aos Julgados de Paz se traduz numa violação do princípio constitucional da igualdade no acesso à justiça e à efectiva garantia dos direitos do demandado relativamente ao demandante, parece-me igualmente redutor. Isto porque, na jurisdição comum também o réu não se pode opor à escolha do autor pela tutela dos tribunais judiciais. Porém, esta interpretação de que existe violação do princípio da igualdade é refutada quando a lei assegura, nomeadamente, *através da igualdade de armas, que impõe o equilíbrio entre as partes ao longo de todo o processo, na perspectiva dos meios processuais de que dispõem para apresentar e fazer vingar as respectivas teses e que exige a identidade de faculdades e meios de defesa processuais*¹⁵¹.

¹⁵¹ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 12/07/2007

Bibliografia

Livros, Publicações, Dissertações

- AMARAL, Pais de, Direito Processual Civil, Almedina, 11ª Edição, 2013
- CASTRO, Anselmo de , Dto Proc. Civil Declaratório, Almedina, 1991
- COSTA, Ana Soares da; RIBEIRO, Catarina Araújo; PEREIRA, Joana de Deus; LIMA Marta Pimpão Samúdio e BANDEIRA, Susana Figueiredo – Julgados de Paz e Mediação. Um novo conceito de justiça, AAFDL, Lisboa, 2002.
- CHUMBINHO, João – Julgados de Paz na Prática Processual Civil, Quid Juris, Lisboa, 2007.
- CHUMBINHO, João, - Manual de Procedimentos nos Julgados de Paz, Contributo da Dr.ª Fernanda Carretas, Juíza de Paz do Julgado de Paz do Seixal, 2008
- CHUMBINHO, João - A Constituição e a Independência dos Tribunais, Quid Juris, 2009
- COELHO, João Miguel Galhardo – Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora, Lisboa, 2003.
- FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Julgados de Paz. Organização, Competência e Funcionamento, Coimbra Editora, Coimbra, 2001.
- FERREIRA, Jaime Octávio Cardona – Justiça de Paz. Julgados de Paz. Abordagem numa perspectiva de justiça/ética/paz/sistemas/historicidade, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.
- GOUVEIA, Mariana França – Curso de Resolução Alternativa De Litígios, 3ª Ed. Almedina, Coimbra, 2014.
- JESUÍNO, Jorge Correia, A Negociação – Estratégias e Técnicas, estratégias para resolução do conflito, mediação e arbitragem, 3ª edição, Texto Editora, Lisboa 2003.
- MANSO, Luís Duarte e OLIVEIRA, Nuno Teodósio – Direito Processual Civil. Casos práticos resolvidos, 2ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2009.

- PEREIRA, Joel Timóteo Ramos – Julgados de Paz, 3ª edição, Quid Juris, Lisboa, 2005.
 - PEREIRA, Marta Lima e Susana Bandeira - Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, Âncora Ed., 2003.
 - SEVIVAS, João – Julgados de Paz e o Direito, Rei dos Livros, Lisboa, 2007.
 - SOUSA, Miguel Teixeira de - Introdução ao Processo Civil, Lex, 2000.
 - VARELA, Antunes, Coimbra Editora, 2.ª edição 1985
 - VARGAS, Lúcia Dias, Julgados de Paz e Mediação – Uma nova face da Justiça, Almedina, Lisboa, 2006.
 - VEZZULLA, Juan Carlos, Mediação. Teoria e Prática. Guia para Utilizadores e Profissionais, 2ª edição, Ministério da Justiça: Direcção Geral da Administração Extrajudicial, Lisboa, 2005.
- VARELA, Antunes, Coimbra Editora, 2.ª edição 1985, página 194.

Diplomas Legais

- Constituição da República Portuguesa
- Código Civil
- Código de Processo Civil
- Lei nº 54/2013
Publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 146, de 31.07.2013

- Lei nº 78/2001

Publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 161, de 13.07.2001

- Resolução do Conselho de Ministros nº 175/2001 (1ª Série - B), de 28.12, Promoção dos meios alternativos de resolução de litígios.

Acórdãos e Pareceres:

- Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 04/03/2004;
- Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 03/10/2006;
- Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 24/05/2007;
- Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 09/10/2008;
- Ac. Do Tribunal da Relação de Lisboa de 14/09/2006;
- Ac. Do Tribunal da Relação de Lisboa de 14/11/2006;
- Ac. Do Tribunal da Relação de Lisboa de 01/02/2007;
- Ac. Do Tribunal da Relação de Lisboa de 10/05/2007;
- Ac. Do Tribunal da Relação de Lisboa de 01/02/2007;
- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 27/06/2006;
- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 02/16/2006;
- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 01/31/2006;
- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 03/10/2006;

- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 03/21/2007;
- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 03/04/2009;
- Ac. Do Tribunal da Relação do Porto de 06/23/2009;
- Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República de 17 de Agosto de 2005;
- Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República de 21 de Abril de 2005;
- Parecer da Ordem dos Advogados relativo à alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, de 29/10/2012.

Índice

| | |
|---|----|
| Dedicatória | 2 |
| Agradecimentos | 3 |
| Declaração Anti-Plágio | 4 |
| Resumo | 5 |
| Abstract | 6 |
| Lista de abreviaturas e siglas | 7 |
| Introdução | 8 |
| I- Enquadramento..... | 13 |
| 1. Breve enquadramento histórico..... | 13 |
| 2. Considerações Gerais sobre os Julgados de Paz..... | 13 |
| 2.1 Noção | 13 |
| 2.2 Da competência dos Julgados de Paz | 19 |
| 2.2.1 Competência | 19 |
| 2.2.2 Competência em razão do valor..... | 20 |
| 2.2.3 Competência em razão do território | 20 |
| 2.2.4 Competência em razão da matéria | 21 |
| 2.3 Taxa de Justiça | 23 |
| 3. A Não Obrigatoriedade de Constituição de Advogado | 24 |
| 4. Do processo e procedimentos nos Julgados de Paz, uma visão geral | 25 |
| 4.1 Fase Inicial | 25 |
| 4.2 Fase Intermédia | 26 |
| 4.3 Fase Final..... | 27 |
| 4.4 Recurso | 28 |
| 5. Formas de Resolução do Processo | 30 |
| 5.1 Mediação..... | 30 |
| 5.2 Conciliação..... | 32 |
| 5.3 Julgamento..... | 34 |
| 6. Princípios..... | 36 |
| 7. Dever de confidencialidade e dever de sigilo | 49 |

| | |
|---|----|
| II – Relatório de Actividades Desenvolvidas no Estágio..... | 51 |
| 8. Relatório de Actividades Desenvolvidas no Estágio..... | 51 |
| 8.1 Atendimento ao Público..... | 56 |
| 8.2 Serviços Administrativos | 59 |
| 8.3 Serviço de Mediação | 62 |
| 8.4 Audiência de Julgamento | 66 |
| 8.5 O papel do advogado nos Julgados de Paz | 69 |
| Estatísticas | 70 |
| III - Tema - Da Competência Material dos Julgados de Paz – Competência Exclusiva ou Alternativa? | 74 |
| Conclusão | 90 |
| Bibliografia..... | 94 |
| Índice..... | 98 |